

Projeto Básico
Projeto “Prevenção ao Uso de Álcool e outras
Drogas no território educacional ”
TED SENAD / MJ – Fiocruz Brasília

Brasília, novembro de 2018



Sumário

1. Apresentação.....	3
2. Justificativa	5
3. Objetivos.....	14
Objetivo geral	14
Objetivos específicos:	14
Síntese de metas, ações e valores.....	14
5. Metas e ações propostas	15
5.1 - M.1- Formação de educadores e educandos para ações intersetoriais de prevenção do uso de drogas no território educativo	15
5.1.1 -A.1. Formar educadores e comunidade na modalidade EAD.....	15
M.1- Formação de educadores e educandos para ações intersetoriais de prevenção do uso de drogas no território educativo	30
5.1.2- A.2. Formar educadores, educandos e comunidade na modalidade semipresencial.....	30
M.1- Formação de educadores e educandos para ações intersetoriais de prevenção do uso de drogas no território educativo	36
5.1.3- A.3. Formar jovens estudantes para prevenção do uso de álcool e outras drogas por meio da metodologia entre pares.....	36
5.2- M2 - Construção do conhecimento sobre a ações educacionais voltadas para prevenção ao uso de álcool e outras drogas no território educativo 5.2.1 - B1. Investigar experiências de articulação intersetorial e participação juvenil	44
5.2.2- B2. Realização de Estudos avaliativos sobre a prevenção uso de álcool e outras drogas no âmbito do projeto	48
5.3. M3 – Realizar atividades Interinstitucionais entre a Fiocruz e o SENAD/MJ voltadas para o campo da formação, investigação e prevenção ao uso do álcool e outras drogas, com vistas à produção de relatório técnico contendo as ações de fortalecimento interinstitucionais realizadas	54
Governança do Projeto.....	59
6. Orçamento	70



1. Apresentação

O presente projeto resulta do processo de concertação ensejado entre a Fundação Oswaldo Cruz em Brasília – Fiocruz Brasília com o auxílio de suas parcerias e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça –SENAD/MJ no qual contempla um conjunto de ações de cunho educacional e de inteligência corporativa voltado para a promoção da saúde e para a prevenção ao uso de drogas no território escolar, envolvendo educandos, educadores, servidores da educação, saúde e assistência social, familiares, comunidades e setores ligados aos direitos humanos.

A presente proposta se assenta em três pilares: 1) ações de formação; 2) construção de conhecimento e tecnologias para o fortalecimento da atuação intersetorial e 3) a necessidade de aprimorar estruturas de monitoramento e avaliação das diferentes iniciativas educacionais subvencionadas com verba pública, que almejam promover a saúde e prevenir o uso de álcool e outras drogas entre adolescentes e jovens no espaço escolar.

O projeto toma como diretrizes no campo das ações programáticas o empoderamento dos sujeitos de ação, englobando os indivíduos, famílias e escolas e o protagonismo juvenil, buscando a ampliação das habilidades para uma vida autônoma. No âmbito da governança da política sobre drogas, aposta na articulação de ações intersetoriais e produção de evidências e na avaliação como instrumento de aprendizado institucional e de aprimoramento da política.

O presente documento apresenta o detalhamento acordado entre as partes no desenvolvimento das ações. O Projeto se organiza em torno de 3 metas que refletem os objetivos específicos estabelecidos, a saber:

a. Formar educadores e educandos para ações intersetoriais de prevenção do uso de drogas no território educativo

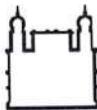
c. Desenvolver capacidades Interinstitucionais para o aprimoramento e desenvolvimento do campo da formação e investigação voltadas para a prevenção ao uso do álcool e outras drogas.

O documento descreve o objetivo geral e os específicos, ajustados após as reuniões, seguidos de 3 metas:

Meta 1- Formação de educadores e educandos para ações intersetoriais de prevenção do uso de drogas no território educativo:

Meta 2 - Construção de conhecimento sobre a ações educacionais voltadas para prevenção ao uso de álcool e outras drogas no território educativo

Meta 3 - Realizar atividades Interinstitucionais entre a Fiocruz e o SENAD/MJ voltadas para o campo da formação, investigação e prevenção ao uso do álcool e outras drogas, com vistas à produção de relatório técnico contendo as ações de fortalecimento interinstitucionais realizadas

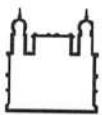


2. Justificativa

A complexidade do fenômeno do uso de drogas no Brasil requer a articulação de políticas convergentes para a prevenção, promovendo a participação das agências internacionais e da sociedade civil, de modo a produzir novas capacidades, gerar novos recursos e corresponsabilidades. Esta abordagem intersetorial visa provocar transformações mais rápidas e efetivas nas condições geradoras de vulnerabilidade das populações adolescentes e jovens.

Do mesmo modo, este fenômeno mobiliza atores em diversos campos cujo trabalho articulado agrupa maiores chances de enfrentamento do problema. Desta forma, a Fundação Oswaldo Cruz, incluindo sua unidade em Brasília, vem se posicionando na perspectiva da promoção da saúde e da prevenção ao uso de álcool e outras drogas, com trabalhos de pesquisa voltados para o fortalecimento da prevenção e da promoção, em particular com ações de formação, de monitoramento e de avaliação de políticas neste campo.

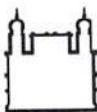
O trabalho de prevenção do uso de drogas vem evoluindo com a construção de um novo enfoque, voltado à educação para a saúde, centrado na valorização da vida e na participação da comunidade. Em relação ao consumo de drogas, por exemplo, pode-se considerar como prevenção tudo aquilo que possa ser feito para evitar, impedir, retardar, reduzir ou minimizar o uso indevido/abuso e os prejuízos relacionados ao consumo. Nesse sentido a Política Nacional sobre Drogas – PNAD – enfatiza que as ações preventivas devem ser planejadas e direcionadas ao desenvolvimento humano; incentivo à educação para a vida saudável; acesso a bens culturais - prática de esportes, cultura, lazer; socialização do conhecimento sobre drogas, com embasamento científico, bem como a identificação dos fatores de risco dentro da realidade escolar. Ainda, concordamos com que uma política sobre drogas deve considerar a realidade sociocultural da população, responder às suas necessidades e envolver todos os setores



da sociedade, em especial a escola, desenvolvendo um programa integrado de prevenção ao currículo escolar, para finalmente aproveitar os diferentes recursos humanos e materiais da escola e da comunidade em que está inserido. Para tal, acreditamos que os caminhos para conseguir mobilizar os espaços educativos para o fortalecimento da cultura da prevenção passam pela formação dos profissionais de educação, bem como acompanhamento e monitoramento de ações e, especialmente pela mobilização de jovens que atuem como formadores para seus pares.

As incertezas e dúvidas referentes à relação dos adolescentes e jovens com as transformações próprias desta fase da vida, seus papéis sexuais, suas expectativas, limites e consequências sociais da expressão de sua sexualidade como também o enfrentamento dos problemas relacionados às DST/AIDS e ao uso de 'alcool e outras drogas, envolve setores e instituições diversos: família, escola, atenção básica à saúde nas unidades de atendimento e nos projetos e programas existentes, enfim, toda a sociedade. A implementação de um trabalho verdadeiramente intersetorial apresenta desafios importantes por promover o encontro entre lógicas e culturas profissionais diversas e ao exigir a articulação entre os diferentes níveis de gestão em ambos os campos.

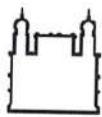
Dentre as iniciativas intersetoriais em funcionamento, no campo da prevenção e promoção da saúde, sinalizamos o Programa Saúde nas Escolas, que resultou de articulação entre as pastas da Educação e da Saúde, formalizado em 2007 por decreto presidencial. O programa coloca em suas diretrizes a integralidade das ações educacionais e da saúde como ponto focal e proposta última de sua ação. Para tanto, demanda esforços de implementação intersetorial e territorial e de articulação horizontal, descentralizada, privilegiando um novo paradigma para as políticas públicas sociais. Desta forma, valorizamos na elaboração desta proposta da SENAD, um desenho que leve em consideração os recursos políticos e técnicos já estabelecidos nos territórios, a exemplo da rede do PSE, de modo a garantir a sua sustentabilidade para além do período de execução previsto.



Por outro lado, as práticas de monitoramento e avaliação vêm ganhando espaço no Serviço Público Federal, no sentido de apoiar a gestão e o planejamento com informações variadas, construídas sistematicamente em diversos níveis de execução, segundo a elaboração de um modelo lógico dos projetos e programas. Com relação às questões de saúde no território educativo, encontramos registro de atividades realizadas em 2003 pelo Saúde e Prevenção nas Escolas investiu na avaliação, no registro de informações e no acompanhamento das atividades do projeto, com o apoio da UNESCO. Esta instituição realizou a primeira avaliação da implantação do projeto visando subsidiar estratégias para sua ampliação. Em seguida, em 2006, foi concluída uma abrangente pesquisa com foco na situação do projeto nas escolas e nos órgãos locais de gestão. No mesmo ano, a UNESCO iniciou a construção de um sistema de monitoramento para o SPE. O processo de elaboração deste sistema resultou na apresentação da Proposta para um Sistema de Monitoramento do projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (2007).

Atualmente, contamos com estudos quantitativos, como a Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar, o Encarte Saúde do Censo Escolar (2006, 2007 e 2008) realizado pelo INEP/MEC e a busca de indicadores de impacto presentes nos sistemas de informação do Ministério da Saúde, além de informações diretamente disponíveis nos sistemas de monitoramento de ambos ministérios (educação e saúde) e justica.

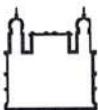
Para colaborar com uma ação sustentável e efetiva de prevenção do uso do álcool e outras drogas é urgente conhecer cada vez com maior precisão o currículo real da educação em saúde, bem como as ações de educação integral preventiva nas escolas, de modo a monitorar e qualificar as práticas educativas em relação ao modelo de uma educação integral, por um lado, e compreender os processos facilitadores ou dificultadores da sua implantação, por outro. Torna-se imperativo implementar sistemas de monitoramento e realizar pesquisas avaliativas qualitativas que permitam identificar parâmetros de efetividade dos processos observados para orientar as políticas públicas e planejar as ações diretamente voltadas para a comunidade escolar.



FIOCRUZ
Fundaçõo Oswaldo Cruz
Brasília



Fiocruz Brasília
Avenida L3 Norte, s/n, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A
CEP: 70.904-130 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3329-4500



Marcos legais e institucionais

A Política Nacional sobre Drogas (PNAD), integrante do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD (Lei Federal nº11.343/06), criada pela Resolução Nº3/GSIPR/CH/CONAD estabelece as seguintes diretrizes no campo da prevenção:

- A efetiva prevenção é fruto do comprometimento, da cooperação e da parceria entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira e dos órgãos governamentais, federal, estadual e municipal, fundamentada na filosofia da "Responsabilidade Compartilhada", com a construção de redes sociais que visem à melhoria das condições de vida e promoção geral da saúde.
- A execução desta política, no campo da prevenção deve ser descentralizada nos municípios, com o apoio dos Conselhos Estaduais de políticas públicas sobre drogas e da sociedade civil organizada, adequada às peculiaridades locais e priorizando as comunidades mais vulneráveis, identificadas por um diagnóstico. Para tanto, os municípios devem ser incentivados a instituir, fortalecer e divulgar o seu Conselho Municipal sobre Drogas.
- As ações preventivas devem ser pautadas em princípios éticos e pluralidade cultural, orientando-se para a promoção de valores voltados à saúde física e mental, individual e coletiva, ao bem-estar, à integração socioeconômica e a valorização das relações familiares, considerando seus diferentes modelos.
- As ações preventivas devem ser planejadas e direcionadas ao desenvolvimento humano, o incentivo à educação para a vida saudável, acesso aos bens culturais, incluindo a prática de esportes, cultura, lazer, a socialização do conhecimento sobre drogas, com embasamento científico, o fomento do protagonismo juvenil, da participação da família, da escola e da sociedade na multiplicação dessas ações.

As mensagens utilizadas em campanhas e programas educacionais e preventivos devem ser claras, atualizadas e fundamentadas cientificamente, considerando as especificidades do público-alvo, as diversidades culturais, a vulnerabilidade, respeitando as diferenças de gênero, raça e etnia.

A PNAD vem sendo desenvolvida em ambiente de crescente complexidade. A intensidade das imbricações entre processos sociais e políticos e seu impacto na qualidade de vida das pessoas vulneráveis que fazem uso de drogas exigiram profunda e permanente reflexão, resultando na necessidade de expansão das fronteiras de intervenção nos territórios, sobretudo a partir das articulações intersetoriais das políticas públicas vigentes. No campo da prevenção, ressalta-se a necessidade da realização de ações de educação preventiva de forma continuada, considerando os diferentes contextos sociais, a importância de ações de formação e educação permanente para que os atores sociais se tornem educadores nesse campo temático, desenvolvimento de processos com avaliação permanente das ações desenvolvidas, implementação de ações baseadas em evidências científicas, produção de conhecimento nesse campo e priorização de ações interdisciplinares e intersetoriais contínuas que incentivem a responsabilidade compartilhada e participação da comunidade.

Em paralelo, as ações do Ministério da Educação relacionadas à prevenção do uso de álcool e outras drogas estão voltadas para redução de seu impacto na sociedade e no sujeito de aprendizagem e consequentemente, focadas em favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento saudável associados a visão de futuro que define que o Brasil pauta sua agenda no sentido de ser reconhecido por sua educação de qualidade e por ser uma nação democrática e soberana, que defende os direitos humanos, a liberdade, a paz e o desenvolvimento no mundo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e reza no capítulo intitulado “Do Direito à Educação e do Dever de Educar” o seguinte texto: “atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas

suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde".

Embora se observe, a partir dos anos 80, a construção de outro paradigma para as ações de saúde na escola, em decorrência do movimento da reforma sanitária e das Conferências internacionais de Promoção da Saúde (BUSS, 2002), foi apenas em 2007 que um programa de saúde na escola foi proposto conjuntamente pelos Ministérios da Saúde e da Educação. O Programa Saúde na Escola – PSE – veio corroborar com o fortalecimento da relação entre as redes da educação e da saúde. Em atenção à referida demanda, o então Presidente da República Federativa do Brasil, assinou o Decreto Nº 6.286, de 5 de Dezembro de 2007 que instituiu o Programa e preconizou que as ações em saúde previstas em seu âmbito deveriam considerar a atenção, promoção, prevenção e assistência, e seriam desenvolvidas articuladamente com a rede de educação pública básica e em conformidade com os princípios e diretrizes do SUS, devendo compreender as ações de prevenção e redução do consumo do álcool e de prevenção do uso de drogas.

O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. Destaca-se o macrocampo da Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos à Saúde com o trabalho de práticas em prevenção ao uso de drogas nas escolas. Este programa, per se, é uma efetiva estratégia de promoção da saúde e de proteção social na medida em que a criança e o adolescente permanecem mais tempo na escola desenvolvendo atividades com intencionalidade pedagógica.

Em 2010, o Decreto nº 7.179, de 20 de maio institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas e criou o seu Comitê Gestor. O Ministério da Educação integra o referido Comitê, com atuação no Eixo de Prevenção ao uso de drogas. Foram ofertadas 210 mil vagas no Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas, uma parceria do MEC/SENAD/Universidades com

destaque para Universidade de Brasília – UnB – responsável não só pela produção do material formativo como também pela oferta de mais de 150 mil vagas ao longo de dez anos de trabalho (2004-2014).

Tal iniciativa, teve sua execução em consonância com a LEI n° 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) e prescreve medidas de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, em seu texto aponta: “A implantação de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de drogas, nas instituições de ensino público e privado, alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais e aos conhecimentos relacionados a drogas”.

Em 2013, o MEC publica as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio que orientam que o Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares que ofertam o Ensino Médio deve considerar, entre outros elementos, as atividades intersetoriais de promoção da saúde física e mental, saúde sexual e saúde reprodutiva, e prevenção do uso de drogas.

Referência teórica para Educação Integral

Importa pontuar, segundo consta nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica que “na organização do Estado brasileiro, a matéria educacional é conferida pela Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aos diversos entes federativos: União, Distrito Federal, Estados e Municípios, sendo que a cada um deles compete organizar seu sistema de ensino, cabendo, ainda, à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva”.

A Política de Educação Integral do MEC assenta-se sobre a perspectiva teórica de grandes pensadores da educação brasileira e convededores das dificuldades e potencialidades de nosso país, além de exitosos no ato de buscar incessantemente a igualdade de direitos, como Anísio Teixeira, Paulo Freire e Darcy Ribeiro. Deriva-se daí,

por óbvio o olhar certeiro para implementação de uma educação social de qualidade, emancipatória, crítica e criativa.

A Política de Educação Integral no Brasil é uma política afirmativa que considera o sujeito e seu contexto, valorizando a diversidade sociocultural e a participação dos jovens na condução do processo educativo. Hoje, crianças, adolescentes e jovens devem exercer um protagonismo positivo no âmbito do território da escola, no chão da vida. Nesse novo contexto político afirmativo, o Ministério da Educação entende como antiético e antipedagógica toda que qualquer metodologia que induza a criança e o adolescente a mera reprodução de conceitos ou conteúdos que não estejam atrelados a rede de sentidos de seus projetos de vida.

As estratégias de prevenção ao uso de drogas na escola devem ser diversificadas e buscar a colaboração intersetorial, a exemplo de programas capazes de agregar no território recursos da saúde, da justiça, da assistência social, da cultura, desde que não firam as Políticas Nacional de Educação e de Promoção da Saúde, que se assentam, como se viu, em uma perspectiva de fortalecimento da autonomia e da criticidade do educando.

Destacam-se algumas estratégias muito caras para os Ministérios:

- Articulação da escola com espaços mais amplos de socialização e empenho na construção de um território de direitos e cultura de paz;
- Produção e disseminação de informações de qualidade, ou seja, baseadas em preceitos científicos e não moralistas ou criminalistas sobre a temática para a comunidade escolar;
- Formação dos educadores em uma perspectiva sistêmica instrumentalizando-os a elaborarem projetos de intervenção local e o trabalho com promoção de saúde no âmbito da Educação Integral ampliando o tempo de permanência na escola com oportunidades educativas efetivas e o fortalecimento do protagonismo juvenil.
- Apoio a projetos locais de intervenção.

No âmbito da Fiocruz Brasília, o projeto será desenvolvido pela Escola Fiocruz de Governo, pelo Programa de Educação Saúde e Cultura e pelo Núcleo de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, bem como com auxílio de outros parceiros, os quais já

desenvolvem programas na área e possuem acordo de cooperação técnica com a Fiocruz. .

3. Objetivos

Objetivo geral

Promover a saúde e a prevenção ao uso de álcool e outras drogas, no território educativo, sob a ótica intersetorial.

Objetivos específicos:

- a. Formar educadores e educandos para ações intersetoriais de prevenção do uso de drogas no território educativo
- b. Construir conhecimento sobre as ações de educação voltadas para a prevenção do uso de álcool e outras drogas no território educativo
- c. Desenvolver capacidades Interinstitucionais para o aprimoramento e desenvolvimento do campo da formação e investigação voltadas para a prevenção ao uso do álcool e outras drogas.

Síntese de metas, ações e valores

O Quadro 1, abaixo, identifica as metas, as ações e os valores correspondentes.

Quadro 1: Metas, ações e valores correspondentes.

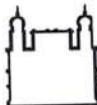
Metas		Etapas	Valor (R\$)
1	Formação de educadores e educandos para ações intersetoriais de prevenção do uso de drogas no território educativo	A1. Formar educadores e comunidade na modalidade EAD	R\$ 1.590.171,00
		A2. Formar educadores, educandos e comunidade na modalidade semipresencial	R\$ 1.107.682,27
		A3. Formar jovens estudantes para prevenção do uso de álcool e outras drogas por meio da metodologia entre pares	R\$ 343.884,27
2	Construção do conhecimento sobre a ações educacionais voltadas para prevenção ao uso	B1. Investigar experiências de articulação intersetorial e participação juvenil	R\$ 621.913,69

Fiocruz Brasília

Avenida L3 Norte, s/n, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A

CEP: 70.904-130 - Brasília - DF

Telefone: (61) 3329-4500



Metas		Etapas	Valor (R\$)
	de álcool e outras drogas no território educativo	B2. Realização de Estudos avaliativos sobre a prevenção uso de álcool e outras drogas no âmbito do projeto	R\$ 1.152.433,20
3	Realizar atividades Interinstitucionais entre a Fiocruz e o SENAD/MJ voltadas para o campo da formação, investigação e prevenção ao uso do álcool e outras drogas, com vistas à produção de relatório técnico contendo as ações de fortalecimento interinstitucionais realizadas	Desenvolver capacidades Interinstitucionais para o aprimoramento e desenvolvimento do campo da formação e investigação voltadas para a prevenção ao uso do álcool e outras drogas.	R\$ 253.478,13
TOTAL			R\$ 5.069.562,55

5. Metas e ações propostas

5.1 - M.1- Formação de educadores e educandos para ações intersetoriais de prevenção do uso de drogas no território educativo

5.1.1 -A.1. Formar educadores e comunidade na modalidade EAD

Trata de curso de aperfeiçoamento, com carga horária de 180h, na modalidade a distância por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) em Plataforma *Moodle* e acompanhamento tutorial em todo percurso. Este ambiente é composto por conteúdos, recursos didáticos e dispositivos interativos online que oportunizam a aprendizagem de conceitos e metodologias no âmbito da prevenção do uso de drogas.

O curso está organizado em cinco módulos e dezesseis unidades temáticas e será realizado no período de oito meses. O desenvolvimento do cronograma pedagógico integra um período de ambientação do educador e um período destinado a cada módulo no qual se desenvolvem os respectivos conteúdos, metodologias e atividades de aprendizagem.

- a) Primeira fase: teórica-metodológica (Módulos 1 ao 4).
 - b) Segunda fase: prática/interventiva (Módulo 5).

A primeira etapa do curso (120h) oferece aprendizado teórico-metodológico para o planejamento de ações preventivas no contexto da escola, seguindo as diretrizes da política nacional sobre drogas (PNAD) e das políticas intersetoriais de educação e de saúde. Esta etapa culmina na sistematização de um projeto de prevenção orientado no decorrer dos módulos.

A segunda etapa do curso (60h) valoriza a dimensão prática, onde são oferecidos subsídios teórico-metodológicos para a implementação do projeto de prevenção. Esta etapa oferece orientações específicas, recursos online que intensificam o potencial das construções colaborativas e da supervisão tutorial.

A Figura 1 apresenta a sequência das etapas e módulos do curso.

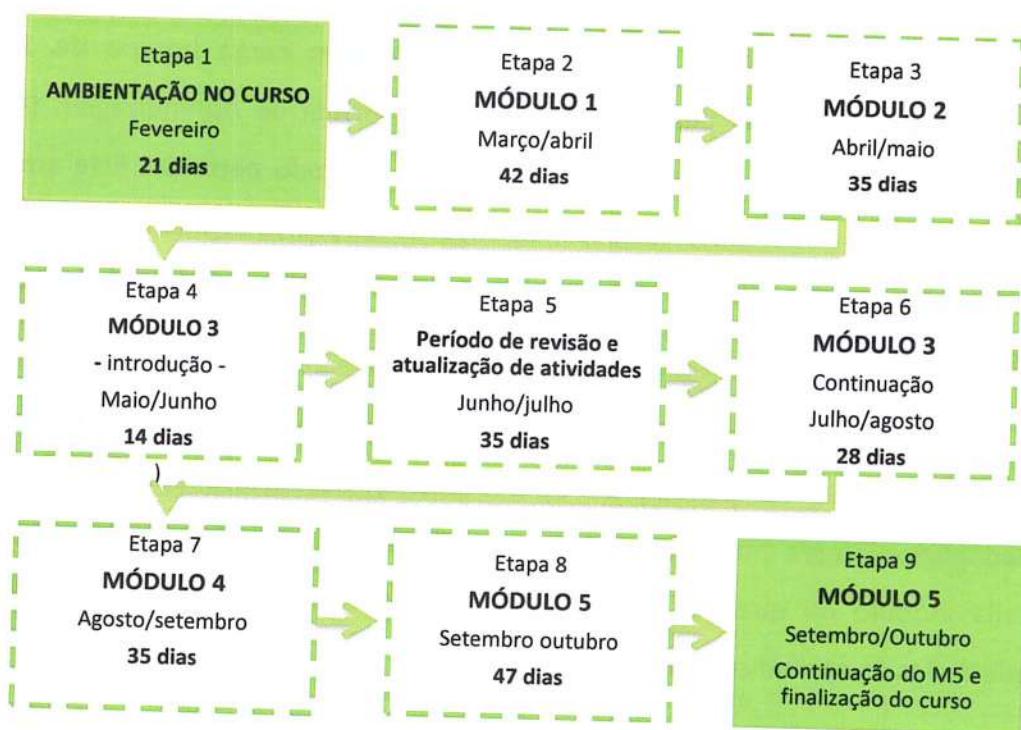


Figura 1: Desenvolvimento de etapas e módulo do curso - Fluxograma pedagógico

»»»

Conteúdo programático

Na sequência é apresentado o conteúdo programático do curso, nos respectivos módulos e unidades temáticas.

Primeira etapa do curso

Módulo teórico-metodológico (Carga Horária: 120 h)

A primeira etapa do curso objetiva o desenvolvimento de conteúdos destinados à fundamentação teórico-metodológica do projeto de prevenção do uso de drogas para a escola.

O conteúdo da primeira etapa do curso está organizado em quatro módulos compostos por unidades temáticas introduzidas por situações-problema do cotidiano escolar por meio de vídeo aulas que abordam de forma reflexiva cada tema de estudo.

Ao todo, são desenvolvidas 15 unidades temáticas seguindo a mesma metodologia de atividades interativas de fixação, aprofundamento e avaliação da aprendizagem em ambiente virtual de aprendizagem, com acompanhamento tutorial constante, em todo o período. Diversas atividades avaliativas integram os módulos, com pontuações específicas no cômputo da menção final do aluno. Estas atividades são de natureza tanto individual como coletiva, sendo esta última bastante investida na tutoria com vistas à construção coletiva do projeto de prevenção do uso de drogas para a escola.

O tempo de desenvolvimento dos conteúdos da primeira fase do curso é de, no mínimo, 4(quatro) meses. Seguem os conteúdos organizados na estrutura como estão propostos no material impresso e também no ambiente virtual de aprendizagem.

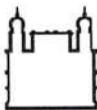
Módulo I: O educando como sujeito em desenvolvimento: família, escola e políticas públicas

Os conteúdos do Módulo I estão distribuídos nas seguintes unidades temáticas:

- o A escola e o educando: potencialidade da escola e seus atores; identificação da escola como contexto de promoção da saúde; integração de temas sociais que favoreçam o desenvolvimento do educando no planejamento das atividades escolares;
 - o Conhecendo o adolescente: identificação das características do adolescente no contexto sócio familiar; o papel do adolescente como cidadão e sujeito ativo na transformação da escola e da comunidade; relacionar o papel da escola e da família para a formação de valores e identidade do adolescente;
 - o Adolescentes e a proteção no âmbito das políticas públicas: sensibilização da comunidade escola quanto às políticas de proteção ao adolescente em situação de risco pelo envolvimento com drogas e o papel da escola como corresponsável nas ações protetivas; contextualização das políticas e ações de proteção como o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e de educação para a saúde;
 - o A escola em rede: legislação e políticas públicas integradas na prevenção do uso de drogas: políticas intersetoriais de educação para a saúde, contextualização da prevenção do uso de drogas enquanto ação de promoção de saúde e atenção integral à saúde do adolescente; política nacional sobre drogas. Introdução da perspectiva metodológica das redes sociais na prevenção, através da proposta- A Escola em Rede - instrumentais conceituais e metodológicos para o mapeamento das redes sociais da escola, mobilização de parcerias diversas na consecução do projeto de prevenção da escola.

Módulo II - Conceitos e abordagens sobre drogas e prevenção

Os conteúdos do Módulo II estão distribuídos nas seguintes unidades temáticas:

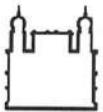


- » O que são drogas? É apresentada a classificação das drogas psicotrópicas de acordo com a Organização Mundial de Saúde com os principais efeitos destas no organismo. São descritos conceitos básicos relacionados ao consumo de drogas e seus efeitos no sistema nervoso central, tais como abstinência, tolerância, entre outros.
- » As relações com as drogas e as diferentes abordagens: são debatidos os tipos de envolvimento do indivíduo com as drogas, focando a especificidade do consumo na fase da adolescência e indicando os diferentes estágios de consumo e formas de abordar o usuário e o dependente. Destaca-se a importância de contextualizar o uso de drogas na compreensão do tipo de envolvimento com as mesmas.
- » O uso de drogas no Brasil: contextualização do consumo de drogas na realidade epidemiológica brasileira, com resultados das diversas pesquisas nacionais. O panorama epidemiológico aprofunda a realidade do uso de drogas nas escolas, atualizado por meio do VI Levantamento Nacional Sobre o Consumo de Drogas psicotrópicas entre estudantes do Ensino Fundamental e Médio da rede pública e particular de Ensino nas 27 capitais brasileiras (CEBRID/SENAD 2010).
- » Redes sociais e prevenção do uso de drogas no contexto da escola: são abordadas as situações de risco e proteção ao uso de drogas no contexto das redes sociais do adolescente. São apresentados os diferentes modelos de prevenção na escola.

Módulo III - A prevenção do uso de drogas no modelo da educação para a saúde e das redes sociais

Os conteúdos do Módulo III estão distribuídos nas seguintes unidades temáticas:

- » Modelo sistêmico e da educação para a saúde na prevenção: apresenta-se a prevenção do uso de drogas como uma questão educacional e de promoção de saúde, introduzindo-se o modelo



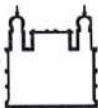
sistêmico e da complexidade que insere a família e a comunidade como contextos privilegiados de prevenção, em parceria com a escola. A prevenção do uso de drogas, na perspectiva sistêmica procura contemplar o processo de exclusão social do adolescente envolvido com drogas.

- Mobilizando redes sociais no trabalho comunitário: são descritos os fundamentos e as estratégias da abordagem comunitária e das redes sociais na prevenção do uso de drogas, com exemplos de programas em curso.
- Acolhendo adolescentes em situação de risco: é lançada a política inclusiva do adolescente envolvido com drogas através de uma abordagem acolhedora na escola. Aprofundam-se alguns contextos de risco como o dotrabalho infantil.

Módulo IV – Ações preventivas do uso de drogas na escola

Os conteúdos do Módulo IV estão distribuídos nas seguintes unidades temáticas:

- Integrando a prevenção no currículo escolar: propõe-se que a prevenção do uso de drogas seja inserida no projeto político pedagógico da escola, de forma interdisciplinar, integrando tópicos das diferentes disciplinas curriculares.
- Apostando na participação juvenil: o protagonismo juvenil coloca-se como estratégia de prevenção que aposta no potencial do adolescente enquanto um agente multiplicador de promoção de saúde na escola e na sua comunidade.
- Resgatando a autoridade na família e na escola: defende-se uma ação integrada e integradora da escola com as famílias no trabalho de prevenção por meio do resgate da autoridade junto ao adolescente no enfrentamento das situações de violência.



- » Fortalecendo a escola na comunidade: destaca-se a importância da parceria da escola com a família e demais instituições da comunidade, numa possibilidade de ampliação de seus potencias para a prevenção.

Segunda etapa do curso (Carga Horária: 60 h)

Módulo V – Implementando o projeto de prevenção do uso de drogas da escola

A segunda etapa do curso objetiva o acompanhamento do educador cursista na implementação do projeto de prevenção na escola. Neste período, que deve ser concomitante com o momento de desenvolvimento das ações preventivas na escola, o cursista participa de atividades interativas de supervisão sendo estimulado a compartilhar sua experiência com os colegas de curso e demais educadores da sua escola. Pretende-se a legitimação institucional do projeto de prevenção do uso de drogas junto ao Projeto Político-Pedagógico da escola com a mobilização dos gestores.

O módulo V é orientado para o desenvolvimento de três ações relacionadas ao processo de implementação do projeto elaborado durante o curso: revisão, socialização e implementações de ações de promoção da saúde com ênfase na prevenção do uso de drogas na escola.

As orientações para a realização do Módulo 5 são constituídas por etapas que estão articuladas entre si:

- o A revisão do projeto de prevenção
- o Socialização do projeto na comunidade escolar e ampliação de reflexões e parcerias do projeto
- o Implementação de ações preventivas no contexto escolar

Esta etapa também aprofunda conteúdos sobre fundamentos teórico-metodológicos de elaboração e gestão de projetos de prevenção, disponibilizando textos didáticos na biblioteca virtual do curso.

Na perspectiva das redes sociais, é estimulada que os educadores façam a divulgação do projeto da escola no contexto mais amplo de sua comunidade, participando das ações integradas da Rede de seu no território.

Material didático

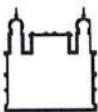
Serão disponibilizados todo o conteúdo por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA -, atendendo a proposta pedagógica do curso. O material a ser disponibilizado é constituído:

- Livro-texto contendo 16 unidades, que reúne orientações gerais sobre o curso e os conteúdos referentes aos módulos e suas 16 unidades;
 - 16 vídeos, que integra o conteúdo dos módulos 1 ao 4, que introduzem cada uma das unidades temáticas e alguns servem de disparador temático para a realização dos fóruns de conteúdo e
 - “Caderno de Orientações: Construindo o Projeto de Prevenção do Uso de Drogas da Escola”, que apresenta orientações para a realização das atividades colaborativas de aprendizagem referentes aos temas estudados em cada módulo.

Desenvolvimento do conteúdo

Cada unidade temática é desenvolvida por meio de uma metodologia integradora de conteúdos teóricos com situações do cotidiano escolar, utilizando-se material pedagógico dos vídeos que apresentam e exploram situações-problema, motivadoras de diferentes ações preventivas no contexto da escola.

A didática de desenvolvimento do conteúdo utiliza cenas do cotidiano escolar em que o educador protagonista dos vídeos convida e desafia o educador cursista a refletir sobre a sua realidade, a buscar conhecimentos e a procurar soluções criativas com o apoio e parceria da comunidade escolar como um todo.



As 16 unidades temáticas da fase teórica são introduzidas por 16 vídeos que compõem a primeira etapa de aprendizagem, seguida de debate entre a equipe do curso na escola, leitura de textos, exercícios de revisão do conteúdo dos textos e de atividades interativas no AVA.

O conteúdo de cada módulo se integra com a prática por meio da elaboração de etapas do projeto de prevenção para a escola que se formalizam enquanto atividades coletivas avaliativas do curso.

As atividades de aprendizagem - online

As atividades de aprendizagem que integram a proposta do curso são tanto de natureza individual como coletiva.

Atividades de aprendizado individual e avaliativas:

São consideradas atividades individuais aquelas cuja realização e pontuação são reservadas a cada educador. São estas:

- Exercícios objetivos: esses exercícios estão relacionados ao conteúdo apresentado nos textos-base de cada unidade temática e são corrigidos automaticamente pela Plataforma *Moodle*;
- Fóruns de conteúdo: Discutindo Situações- Problema: Os fóruns de discussão propõem reflexões teórico-práticas entre os educadores de uma mesma turma com a mediação pedagógica do tutor a partir de situações-problema relacionadas ao contexto escolar e às temáticas abordadas em cada módulo.
- Participações no Ambiente Virtual de Aprendizagem: esta é uma categoria constituinte da proposta de avaliação do curso e tem por objetivo valorizar a participação do cursista no Ambiente Virtual e oferecer oportunidades de aprendizagem além das atividades modulares programadas.

Atividades de aprendizado colaborativo e avaliativas por módulo

São atividades integradoras dos conteúdos e metodologias apresentadas em cada módulo. Elas orientam para a identificação e elaboração de aspectos fundamentais para a construção do projeto de prevenção da escola (contextualização, referencial, objetivos, ações e cronograma). Estas atividades têm formato dissertativo e são acompanhadas e avaliadas pelo tutor.

A atividade colaborativa do módulo 4, direcionada à sistematização do projeto de prevenção, é a atividade fundamental da primeira etapa do curso. Ela é decorrência da realização das atividades anteriores.

A Figura 1 apresenta as Atividades Colaborativas relacionadas a cada módulo e etapa de elaboração do Projeto de Prevenção.

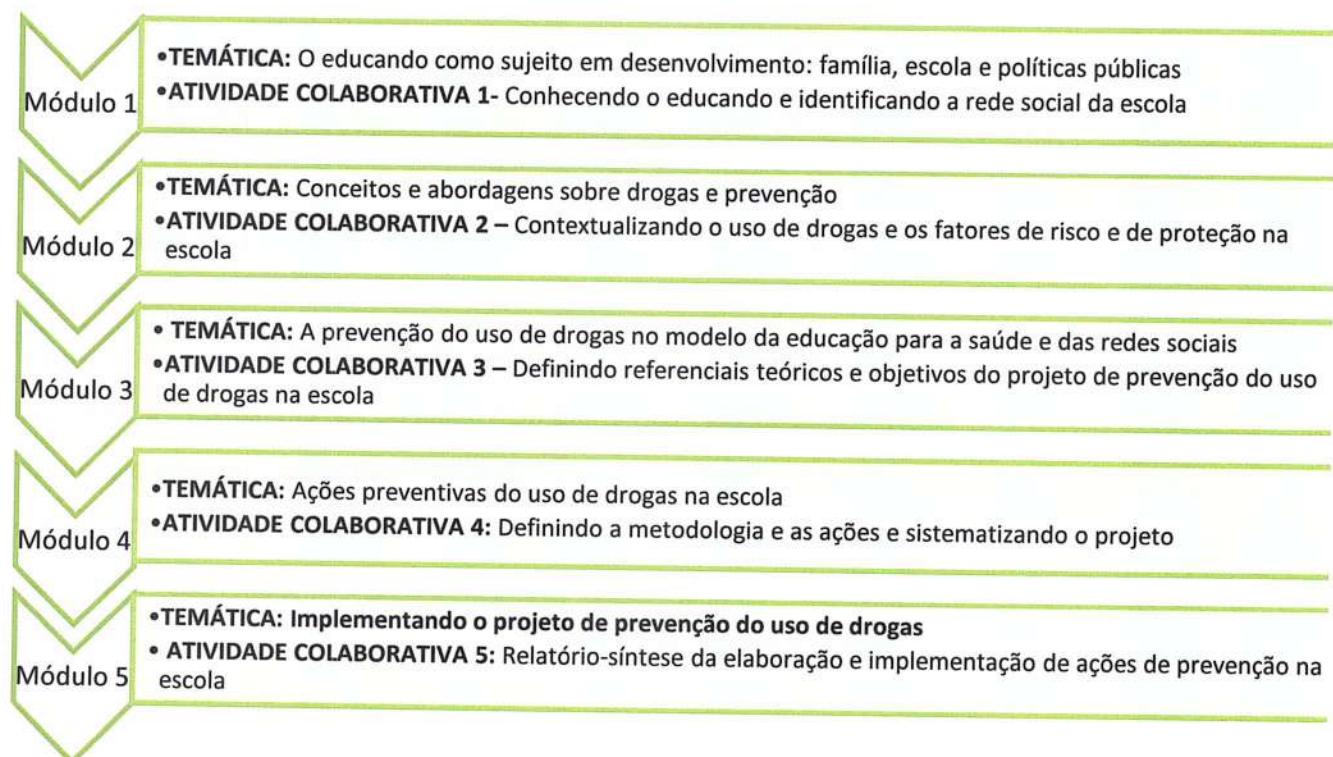




Figura 2 - Integração entre o desenvolvimento do conteúdo e as atividades colaborativas de aprendizagem na elaboração do projeto de prevenção

Avaliação da aprendizagem

As atividades de aprendizagem contribuem para a articulação entre os conteúdos e metodologias apresentados no curso e favorecem a elaboração gradativa do projeto de prevenção por meio da interação e da colaboração entre cursistas de uma mesma escola e de uma mesma turma.

Cada módulo organiza-se em torno de três atividades fundamentais: exercícios objetivos, fórum de conteúdo e atividade colaborativa que são avaliadas a partir de critérios específicos definidos previamente.

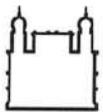
O processo avaliativo inclui devolutivas ou *feedbacks* pelo tutor e aperfeiçoamento das produções pelo educador numa perspectiva formativa e processual de avaliação.

O curso também oportuniza a auto avaliação e a avaliação do curso incentivando a atitude reflexiva e participativa do educador no processo de aprendizagem e no aperfeiçoamento do curso.

A menção do educador é composta por meio da avaliação dessas atividades e de outras participações realizadas no AVA no decorrer do curso.

Tecnologia EaD: Ambiente Virtual de Aprendizagem/AVA

A edição 2019 apresentará adaptações na arquitetura do ambiente virtual de aprendizagem, com base nas possibilidades disponíveis no *Moodle* e em novas tecnologias para organização de ambientes online para atender a demanda da sétima edição.



Recursos pedagógicos interativos do AVA

O curso disponibiliza interatividade no AVA por meio de um espaço virtual que reúne os educadores da mesma turma.

O “Espaço da Turma” estrutura os conteúdos, atividades e recursos do Curso. Nesse ambiente online estão disponibilizadas ferramentas como fóruns de orientação e dúvidas; fóruns de discussão de conteúdo para coletivizar o debate das situações-problema lançadas em cada módulo; vídeos de cada unidade temática; orientações e informes do curso destinados às comunicações gerais do curso; Biblioteca virtual organizada por sessão com textos e vídeos complementares, sites institucionais, teses e pesquisas científicas relacionados com as temáticas abordadas+

[Cronograma de atividades](#)

A natureza do curso on-line exige etapa inicial de planejamento e construção do AVA, atividade considerada como fundamental para a realização da formação proposta. No caso da sétima edição do curso, cabe considerar que o conteúdo e metodologia já estão definidos e serão reproduzidos, não se exigindo tempo e custos para tal. No entanto, a plataforma deverá ser atualizada e recuperada em suas condições tecnológicas de acesso adaptadas para as demandas específicas do novo curso.

O planejamento do curso inclui o processo de seleção dos alunos que costuma ser facilitado pela elaboração de um banco de dados, especialmente programado para as inscrições de cada edição.

Considerando que a exigência final para obter certificação é apresentação do Projeto de Prevenção da Escola, mister se faz um tempo pós-curso para os tutores realizarem a avaliação dos projetos, postagem das notas finais que vão permitir elaborar o Banco de Certificação dos cursistas.

Pela dinâmica do projeto, faz-se necessário, pelo menos, 12 meses ao todo, sendo que 8 meses serão de curso, em pela interatividade com os alunos na plataforma (Figura 3).

O Cronograma toma como referência a publicação do TED no DOU no mês de novembro, alterações nesta data terão impacto nas datas previstas de todas as atividades.

Figura 3 – Cronograma de Execução Curso EAD

Critérios de seleção dos municípios participantes

No processo de inscrição serão priorizados municípios maior índice de violência, cujo indicador será definido na primeira reunião de grupo de acompanhamento técnico científico. Distribuição das vagas levará em conta ainda a representação geográfica e porte dos municípios.

No processo seletivo serão avaliados e considerados os seguintes aspectos:

Poderão também ser inscritos representantes estudantis e famílias e parceiros da rede intersetorial, desde que referenciados a um território educativo.

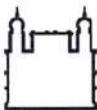
Todos os cursistas selecionados deverão confirmar sua vaga através de participação na fase de ambientação na Plataforma do curso, em período a ser determinado.

Critérios de seleção das escolas participantes

A sétima edição será destinada aos educadores-cursistas atuantes no ensino fundamental e ensino médio de escolas públicas estaduais, municipais e do Distrito Federal. Será valorizada a participação da equipe gestora das escolas na realização do curso e nas ações relacionadas ao desenvolvimento da prevenção no contexto escolar.

Serão consideradas como critérios:

- Escolas que tenham inscrito, no mínimo, 1 educador da gestão escolar (direção, coordenação pedagógica, orientação educacional, administração, supervisão e conselho escolar, dentre outros) no curso;
 - Escolas inseridas no PSE (Programa Saúde na Escola) que elegeram a ação de prevenção de álcool e outras drogas como atividade a ser desenvolvida no âmbito do projeto;
 - Escolas com alta presença de jovens de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, segundo critério estabelecido pelo MDS/SENARC;
 - Escolas com inscrição de no mínimo cinco professores;
 - Escolas participantes das atividades de formação semi-presencial e de educação entre pares (atividades contempladas nas ações M1A2 e M1A2 do presente Projeto), resgatando escolas já mobilizadas em edições anteriores.

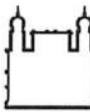


Produtos

Ao final da presente parceria estima-se atingir cerca de 10.000 cursistas e a certificação de aproximadamente 8.000.

Como produtos intermediários serão entregues a SENAD:

Produto Intermediário	Forma de Aferição	Prazo
Divulgação do curso	<ul style="list-style-type: none"><input type="radio"/> Sítio eletrônico da Fiocruz e SENAD<input type="radio"/> Relatório Parcial 2	
Material adequado a plataforma AVA	<ul style="list-style-type: none"><input type="radio"/> Acesso a Plataforma AVA<input type="radio"/> Relatório Parcial 2	
10.000 inscritos no curso	<ul style="list-style-type: none"><input type="radio"/> Relatório de inscritos no curso<input type="radio"/> Banco de dados de inscritos<input type="radio"/> Relatório Parcial 3	



M.1- Formação de educadores e educandos para ações intersetoriais de prevenção do uso de drogas no território educativo

5.1.2- A.2. Formar educadores, educandos e comunidade na modalidade semipresencial

Complementarmente ao curso à distância, propõe-se modalidade diferenciada semipresencial do Curso de Prevenção para Educadores de Escolas Públicas, com a inclusão de trabalhadores da Rede Intersetorial, incluindo profissionais da saúde, da assistência social, da segurança pública, além do público alvo já contemplado pela modalidade EAD (profissionais da educação, pais e comunidade escolar). A demanda por esta modalidade do Curso de Prevenção surge como resultado do processo de fortalecimento do compromisso e adesão de algumas gestões municipais com as Políticas Públicas e Programas Nacionais voltadas para o cuidado de pessoas em estado de vulnerabilidade e sofrimento decorrente do uso prejudicial de álcool e outras drogas

O curso se inspira em iniciativa desenvolvida pela FIOCRUZ em parceria anterior com a SENAD – Projeto Redes – , mobilizando uma equipe de interlocutores e articuladores de redes intersetoriais locais. O trabalho dessa equipe de articuladores, voltado para a mobilização e articulação intersetorial de coletivos municipais, como os Comitês Gestores de Políticas sobre Drogas e/ou os Fóruns Intersetoriais de Política sobre Drogas e Direitos Humanos, caminhou para o alinhamento das ações das **redes de Prevenção e Cuidado**, bem como para a construção de uma Política Municipal de Drogas integrada e mais humanizada.

A proposta de formação permanente de educadores propõe integrar os demais trabalhadores da rede de cuidado, com vistas à construção de uma rede de Prevenção. A experiência anterior, fruto da parceria Senad e Fiocruz, potencializou nos municípios onde ocorreu a busca coletiva por espaços de conhecimento, reflexão, trocas e, principalmente, por novas formas de pensar e agir, com posturas mais ampliadas e corresponsáveis no manejo compartilhado de conflitos nos processos de trabalho, problema comum na implementação de ações intersetoriais. Nesse sentido, recolhemos relatos positivos dos municípios acerca do fortalecimento intersetorial nas ações de cuidado com relação à sua expansão para ações preventivas na educação. Identificou-se a experiência do curso semi-presencial como um disparador de benefícios para toda a comunidade escolar.

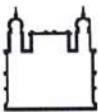
A presente ação adota como princípios norteadores da ação: a articulação intersetorial, entendida não apenas no âmbito das instituições públicas, mas também como os recursos das comunidade e do terceiro setor, como elemento imprescindível ao sucesso da iniciativa; a valorização do território como espaço de articulação das políticas sobre droga; o

Fiocruz Brasília

Avenida L3 Norte, s/n, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A

CEP: 70.904-130 - Brasília - DF

Telefone: (61) 3329-4500



protagonismo dos atores locais (poder público, comunidade, terceiro setor e família) nas ações de prevenção ao uso de álcool e outras drogas; a relevância dos equipamentos públicos de educação e saúde existentes no território como nucleadores de ações de prevenção.

Portanto, a presente ação visa utilizar o curso EAD, objeto da ação M1A1, como agente disparador da ativação de redes intersetoriais

Território de abrangência e critérios de seleção dos municípios participantes

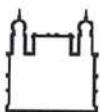
Com vista a otimização dos recursos que serão investidos, no âmbito da presente proposta, serão atendidos 10 municípios que já contam com um acúmulo na articulação intersetorial em torno de ações de prevenção ao uso de álcool e outras drogas. Como indicador operacional desse critério será utilizado a participação do município no Projeto Redes, qualificado por sua atuação exitosa na mobilização dos diversos segmentos envolvidos na temática.

Em consonância com o atual Plano Nacional de Segurança Pública, cabe observar que os processos formativos intersetoriais privilegiem escolas públicas de territórios com significativo índice de violência e de vulnerabilidade socioeconômica. Esse contexto justifica que a escolha por estabelecimentos de ensino da rede pública tenha por base critérios de vulnerabilidade social, índice de repetência, contexto de uso/abuso e tráfico de substâncias psicoativas e contexto de vários tipos de violência (urbana, social, institucional, doméstica, exploração sexual infantil), além da existência de uma rede local de cuidado e proteção com fragilidades no exercício de sua competência. Dentre as escolas públicas em territórios de maior vulnerabilidade, serão privilegiadas aquelas que participem do Programa Saúde na Escola e que tenham escolhido realizar, neste programa, ações de prevenção ao uso de álcool e outras drogas, no momento de pactuação.

Público alvo

A ação visualiza o território educacional como espaço de entrada para ação, focando, entretanto, na ativação de redes locais intersetoriais como elemento chave não apenas para a execução dos projetos objeto do módulo V mas principalmente para a sustentabilidade das ações de prevenção.

Coerentemente, o público da ação deve, portanto, atingir os demais segmentos além do educacional, com envolvimento não apenas de professores e profissionais ligados à educação, alunos, pais e conselho escolar; mas sobretudo lideranças comunitárias identificadas



na comunidade, profissionais da saúde, segurança pública, assistência social e direitos humanos e conselhos municipais de políticas públicas (Quadro 2).

Quadro 2 – Participantes do Curso Semipresencial

Segmento a ser mobilizado	Potencial instituição parceira e equipamentos a serem envolvidos
Saúde	Secretaria Municipal de Saúde: Rede de Atenção Psicossocial, Atenção Básica (Equipes de Saúde da Família, Consultório na Rua)
Assistência Social	Secretaria Municipal de Assistência Social: CRAS e CREAS, Centro Pop, Sistema sócio-educativo
Conselho Tutelar	
Conselhos Municipais de Políticas Públicas	CMAS, CMS
Segurança Pública	Polícia militar, Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal
Ministério Público	Promotoria da Infância e Juventude
Lideranças comunitárias e organizações civis	
Educação	Secretaria Municipal de Educação: Corpo administrativo/gestão, docentes, discentes, pais, conselhos de classe, grêmios estudantil.
Instâncias intersetoriais	PSE

Um espaço privilegiado de atuação da proposta será o GTI-M (Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal) do PSE, cuja missão se assemelha aos objetivos da presente ação em atuar de forma articulada em rede.

Metodologia

O curso será desenvolvido com metodologia semipresencial com o apoio da modalidade EaD (ação M1A1), em 248 horas/aula, sendo 180 horas/aula EAD e 68 semipresencial.

a) No ambiente virtual de aprendizagem (180 horas):

b) Presencialmente (68 horas):

Complementarmente as atividades do curso EAD, os cursistas serão assistidos e acompanhados pelo articulador local, nas seguintes atividades:

- No território da escola (32 hs/aula), auxiliando na elaboração, implantação e implementação dos projetos de prevenção (módulo V).
 - Encontro Intersetorial de Sensibilização e Mobilização do Território (4 hs/aula) antes de iniciar o módulo I, para apresentação da proposta de formação, expectativas por parte dos interessados, além de uma abordagem preliminar acerca do diagnóstico situacional do território com a comunidade escolar interna e externa. Neste encontro, será distribuída uma ficha para o levantamento de dados acerca do contexto escolar interno e externo e as ações preventivas e de promoção da saúde existentes naquele território.
 - No Encontro Intersetorial Supervisionado (32 hs/aula): (i) ao final de cada módulo (16h/aula), com discussão dos principais pontos, tendo como norte a Atividade Colaborativa do respectivo módulo, relacionada ao Projeto de Prevenção a ser desenvolvido no final do curso; (ii) ao final da primeira quinzena de cada Módulo o Supervisor local promoverá reunião no território (16 hs/aula) para a discussão do Curso (conteúdo, plataforma, e outros assuntos necessários);
 - Encontros virtuais mediados por rede social: a coordenação da ação se reunirá quinzenalmente, por videoconferência, com os supervisores locais dos municípios para dialogar sobre o andamento do curso, compartilhar ações, repassar orientações, levantar dificuldades e propor soluções.

Com a finalidade de garantir a elaboração do projeto final e o rendimento dos participantes, em especial os educadores, as Atividades Colaborativas previstas ao final de cada módulo serão coletivamente discutidas e construídas durante os Encontros Intersetoriais Supervisionados realizados presencialmente pelos supervisores locais.

A parte prática, com a duração de quatro horas, ocorrerá ao final de cada módulo, na modalidade presencial, com a participação do Supervisor Local nos Encontros Intersetoriais

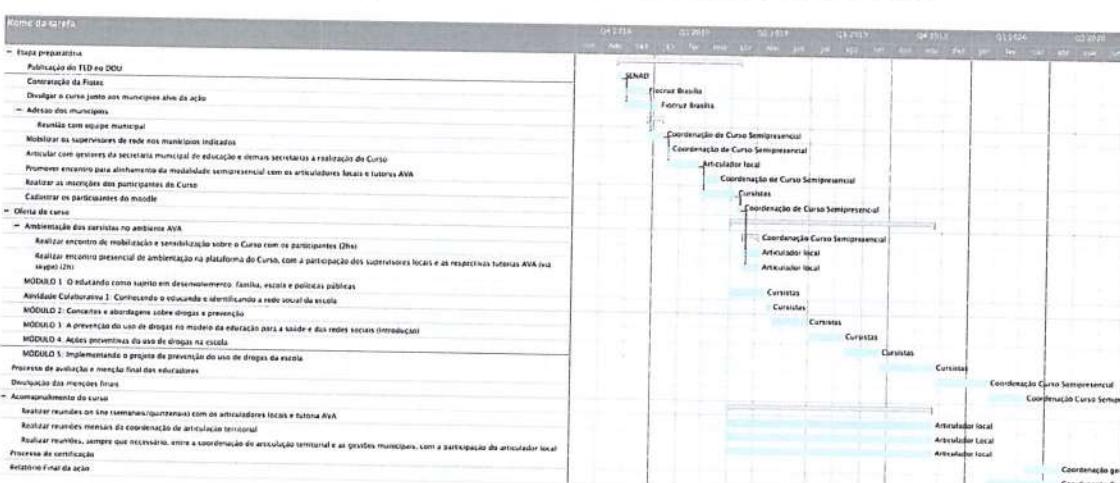
Supervisionados, o que possibilitará uma aprendizagem interativa e integradora entre os participantes.

A formação tem como proposta metodológica utilizar nesses encontros presenciais estratégias problematizadoras de ensino, que visam atuar nos processos de trabalho e na dinâmica de cuidado adotada na rede do território. Serão espaços para problematizações e reflexões teórico-práticas ofertados a partir de situações apresentadas, temáticas estudadas e experiências vividas. Além disso, tem a finalidade de assegurar reflexões pautadas em referenciais teóricos do curso, experiências vividas e diretrizes das Políticas Públicas Nacionais.

A finalização desta formação terá como resultado a sistematização e implementação de um projeto de intervenção para Prevenção do Uso de Drogas.

Cronograma

O Cronograma toma como referência a publicação do TED no DOU no mês de novembro, alterações nesta data terão impacto nas datas previstas de todas as atividades.



Produtos

A presente ação visa promover a formação intersetorial de trabalhadores da rede de prevenção e cuidado, em especial educadores, estima-se como potencialidade de público a ser atendido cerca de 2.000 cursistas, para atuação intersetorial continuada na promoção da saúde integral com ênfase na prevenção do uso de substâncias psicoativas e outros comportamentos de risco no contexto escolar.

Para atingimento o quantitativo explicitado anteriormente, será trabalhado em dois grupos: (1) região do DF e entorno, cuja peculiaridade administrativa exige um tratamento

diferenciado nos processos de ativação de redes intersetoriais, e (2) municípios participantes do projeto Redes que se destacaram como boas experiências em articulação intersetorial.

Objetiva-se atender no âmbito da presente ação 170 escolas, sendo 100 situadas nos municípios participantes do Projeto Redes e 70 da região do DF e entorno. A distribuição quantitativa pode variar em função da adesão das escolas ao projeto.

O Quadro 3 apresenta os produtos intermediários resultantes da ação de curso semipresencial de prevenção ao uso de álcool e outras drogas.

Quadro 3- Produtos intermediários resultantes da ação de curso semi-presencial

Produto Intermediário	Forma de Aferição	Prazo
Divulgação do curso	<input type="radio"/> Sítio eletrônico da Fiocruz e SENAD <input type="radio"/> Relatório Parcial 1	Março 2019
Reuniões com equipes municipais	<input type="radio"/> Relatório Parcial 1	Março 2019
10 municípios aderidos ao projeto	<input type="radio"/> Relatório Parcial 1	Março 2019
Formação de equipe articuladores locais	<input type="radio"/> Relatório Parcial 1	Março 2019
Articulação com os gestores municipais	<input type="radio"/> Relatório Parcial 1	Março 2019
Seleção das escolas participantes	<input type="radio"/> Relatório Parcial 1	Março 2019
Material adequado a plataforma AVA	<input type="radio"/> Acesso a Plataforma AVA <input type="radio"/> Relatório Parcial 2	Junho 2019
Perfil dos cursistas participantes	<input type="radio"/> Relatório Parcial 2	Junho 2019
Reunião presencial de ambientação na plataforma AVA	<input type="radio"/> Relatório Parcial 2	Junho 2019
1.700 cursistas ambientados a plataforma AVA	<input type="radio"/> Número de acesso a plataforma AVA <input type="radio"/> Relatório Parcial 2	Junho 2019
170 escolas participantes/aderidas do projeto	<input type="radio"/> Relatório de inscritos no curso <input type="radio"/> Banco de dados de inscritos <input type="radio"/> Relatório Parcial 3	Setembro 2019

►►► **M.1. Formação de educadores e educandos para ações intersetoriais de prevenção do uso de drogas no território educativo**

5.1.3- A.3. Formar jovens estudantes para prevenção do uso de álcool e outras drogas por meio da metodologia entre pares

O último levantamento realizado no Brasil¹, de 2005, apontou que, do total da população adulta pesquisada, pelo menos 23% já fizeram uso de drogas ilícitas e outros 22,4% eram dependentes de álcool ou tabaco. Em relação ao público de educandos, segundo levantamento² do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas – CEBRID, de 2010, pelo menos 25,5% dos educandos afirmou ter feito uso de alguma droga ilícita na vida e pelo menos 23,5% afirmou ter feito uso no último ano.

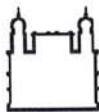
Um dos eixos de atuação no que se refere a prevenção do uso de drogas é justamente a educação em saúde. No entanto, a temáticas de drogas, assim como de sexualidade, ainda são permeadas de tabus e baseados em estratégias pedagógicas pouco emancipatórias, o que diminui as possibilidades de criação de espaços participativos e dialógicos, contrariando os próprios princípios da promoção da saúde e impedindo os processos de aprendizagem.

Pensando nessas questões que o PECS da Fiocruz Brasília em parceria com o MEC desenvolveu a pesquisa ação intitulada “Participação e dinamização juvenil no PSE: Implementação e Acompanhamento das Estratégias para Educação entre Pares do componente 02”, que buscava compreender em que medida a estratégia de educação entre pares no ambiente escolar contribui para a participação dos jovens no programa e para a qualificação das ações de educação em saúde. O Projeto também tinha como objetivo validar um material educativo produzido pelo MS chamado “Guia Adolescentes e Jovens para a Educação entre Pares”, que propõe uma abordagem metodológica baseada na educação entre pares.

A Metodologia entre Pares é um processo de ensino aprendizagem em que os próprios atores envolvidos são responsáveis por desenvolver ações educativas para o grupo do qual faz parte. É a troca de saberes entre semelhantes, entre pessoas que têm o mesmo perfil e compartilham das mesmas vivências, o que facilita o intercâmbio de conhecimentos e práticas. As pessoas de um mesmo grupo (adolescentes e jovens ou professores) são os facilitadores de ações e atividades com e para seus pares. A metodologia se baseia em uma linguagem de “igual

¹ II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil. Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas – CEBRID, 2005.

² VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes Públicas e Privadas de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras. CEBRID - 2010



para igual”, e considera como fatores primordiais o conhecimento da realidade dos colegas e da comunidade dos participantes.

Após a realização das oficinas, grupos focais e entrevistas, foi constatado que os educadores não se sentem capacitados para tratar os temas tidos como “polêmicos”, o que resulta na exclusão desses temas das aulas. Por parte dos estudantes, estes afirmaram que se sentiam “mais à vontade” para debater nos espaços das oficinas, onde não havia a presença de uma figura “fiscalizadora” como a do professor ou de algum adulto. Também afirmaram que o fato de não estarem sendo avaliados contribuiu para a participação dos estudantes com mais liberdade. No que se refere as oficinas sobre drogas, segue trecho de fala de uma das estudantes que participou do projeto: “os alunos já estão cansados de palestras e discursos de repressão, o melhor é informar e trabalhar a autoestima de cada um, respeitando a sua autonomia”.

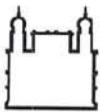
Essa fala, expressa na percepção dos jovens, sugere limites da abordagem tradicional, proibicionista e culpabilizadora, vinculada à perspectiva estritamente biomédica de saúde, que se fundamenta no repasse de informação e no conceito de risco. Por outro lado, neste projeto se propõe uma abordagem construtivista de educação em saúde que privilegia a qualidade da relação estabelecida entre jovens e adultos e entre jovens, como apontam alguns estudos³. Por fim, conclui-se que a educação entre pares cria condições favoráveis para que a participação juvenil seja efetiva nos processos das políticas públicas de saúde, sobretudo, sobre as drogas.

Ante ao exposto, a presente ação propõe a realização no território do DF de atividade de fortalecimento do protagonismo juvenil na prevenção do uso de álcool e outras drogas por meio de atividades de educação entre-pares. As atividades desenvolvidas no escopo desta ação são complementares às iniciativas apoiadas pela ação do curso semipresencial (ação A1M2), apostando nos jovens como um ator chave na mobilização, comunicação e articulação do público escolar.

Território de abrangência

A ação educativa proposta será realizada em 12 escolas distribuídas nas 12 regiões administrativas do DF (Cruzeiro, Guará, Sobradinho, Santa Maria, Gama, Recanto das Emas, São Sebastião, Paranoá, Itapoã, Samambaia, Taguatinga e Ceilândia). A seleção das escolas a serem contempladas encontra-se detalhada na ação M1A2.

³ Calazans G, Kiss L, Cappellini S, Sequeira D, Vieira RM, França Jl. Plantões jovens: acolhimento e cuidado por meio da educação entre pares para adolescentes e jovens nos Centros de Testagem e Aconselhamento - CTA. Saú e Soc [Internet]. 2006 [acesso em 2010 out]; 15 (01): 22-36. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n1/04.pdf>.



Público alvo

Em cada escola serão selecionados seis jovens estudantes do ensino médio. A escolha dos estudantes considerará o perfil dos jovens, utilizando como critérios de seleção:

- Ser liderança juvenil;
- Habilidade de transitar pelos diversos ambientes da escola;
- Habilidade de articulação com os diferentes atores (gestão escolas, corpo docente, discente, pais e comunidade);
- Interesse pelo tema da prevenção ao uso de álcool e outras drogas;
- Disponibilidade de tempo (20 horas semanais);
- Pertencer a família beneficiária do Programa Bolsa Família.

A seleção ficará a cargo da Fiocruz Brasília, podendo contar com a participação do corpo docente das escolas participantes. A Fiocruz Brasília elaborará edital de seleção contendo além dos requisitos anteriormente elencados, a forma e o calendário de seleção, a descrição detalhada das atividades a serem desenvolvidas e os produtos esperados do processo formativo.

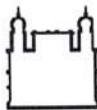
Metodologia

A educação entre pares é uma proposta metodológica fundada no protagonismo juvenil, em que jovens atuam como facilitadores do processo ensino-aprendizagem de outros adolescentes, são os próprios jovens os responsáveis tanto pela troca de informações como pela coordenação das atividades de debate com os pares.

O pressuposto para o uso desta metodologia de ensino-aprendizagem é que os “jovens conversam de igual para igual com seus pares”, principalmente quando trata-se de temas polêmicos, tabus ou que haja um forte componente de culpabilização ou até mesmo incriminação como é o caso do uso de álcool e drogas.

Para atingir o objetivo de estabelecer um canal aberto de discussão do tema de , para e com os jovens, a educação entre pares estabelece alguns princípios norteadores que devem ser observados ao longo do processo:

- a) Empoderamento: na educação entre pares não se muda apenas o ator que ocupa o papel de facilitador, mas principalmente o foco do processo. Antes de ser uma atividade de transmissão bancária de conhecimento, a proposta pedagógica busca a construção coletiva do conhecimento, com valorização e utilização das experiências e conhecimento de cada pessoa do grupo;



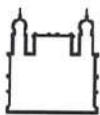
b) ~~Segurança: os espaços de educação entre pares têm que ser percebido pelos participantes como um espaço seguro de troca de conhecimentos, de discussão e onde os jovens se sintam à vontade para expor sua experiência e suas dúvidas e inquietações, sem medo de julgamentos, críticas, discriminação e desrespeito.~~

Para tanto os educadores devem:

- a. Pactuar regras de convivência que dentre outras se estabeleça a tolerância, o anonimato e o respeito a alteridade;
 - b. Evitar comentários preconceituosos ou estigmatizadores;
 - c. Usar boas técnicas de facilitação;
 - d. Estar vigilante e cuidar para não permitir que o grupo faça críticas destrutivas ou desvalorize os comentários dos participantes.
- c) Participação: o educador deve se comportar como um facilitador do processo ensino-aprendizagem, onde cada participante tem uma contribuição importante sobre o tema. A participação de todos deve ser estimulada por meio de um conjunto de técnicas e de uma escuta qualificada de forma a valorizar o que cada jovem traz como subsídio para a discussão.

Um ator chave para o sucesso do processo ensino-aprendizagem com abordagem entre pares é sem dúvida o educador jovem ou educador entre pares. Das as características da presente parceria (tempo para desenvolvimento das atividades, integração com as outras atividades do TED, conteúdo já disponível etc), desenhou-se um perfil mínimo esperado deste jovem e que se encontra descrito no item público alvo, o que cabe aqui destacar são as atribuições que o educador deve desempenhar:

- 1) Mobilizar a comunidade envolvida para participar dos encontros;
- 2) Convidar outros atores existente no território a contribuir na discussão com o grupo sobre o tema álcool e outras drogas;
- 3) Conduzir os encontros
- 4) Propor pacto de convivência a ser observado pelo grupo no decorrer dos encontros;
- 5) Responsabilizar-se pela metodologia das oficinas e encontros;
- 6) Organizar o tempo, preparar e conduzir as atividades;
- 7) Administrar conflitos dentro do grupo;
- 8) Cuidar para que o processo de aprendizagem ocorra tendo em vista as diretrizes da metodologia;



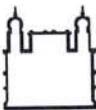
- 9) Cuidar para garantir a fala de todos os participantes;
- 10) Fazer o registro dos encontros e compartilhar com os demais participantes do grupo;
- 11) Participar de encontros e reuniões com o grupo de articulação formado no âmbito da ação M1A2 (Curso semi-presencial).

Uma vez selecionado, os jovens educadores passarão por um processo formativo que contempla tanto os aspectos da metodologia entre pares, que visa o desenvolvimento das habilidades elencadas no Quadro 4, como no conteúdo de prevenção ao uso de álcool e outras drogas.

Quadro 4 – Habilidades a serem desenvolvidas com os jovens educadores

Habilidades necessárias	Habilidades que serão desenvolvidas pelo processo formativo
<ul style="list-style-type: none">○ Transitar pelos diversos ambientes da escola○ Habilidade de articulação com os diferentes atores (gestão escolas, corpo docente, discente, pais e comunidade);	<ul style="list-style-type: none">○ Articular as ideias;○ Promover mobilização de atores chaves para à prevenção do uso de álcool e outras drogas;○ Saber ouvir e se fazer ouvir;○ Saber lidar com as diferenças;○ Buscar desafios para si mesmo;○ Assumir uma postura curiosa e ao mesmo tempo respeitosa;○ Saber trabalhar coletivamente;○ Saber valorizar as experiências dos outros;○ Saber reconhecer os próprios preconceitos e não emitir juízos de valor;○ Estar atento ao ambiente em que ocorre a ação de prevenção, identificando riscos, suas mudanças e fatores que contribuem para isso;○ Ser capaz de estabelecer vínculos, respeitar os valores dos outros e administrar conflitos.

A primeira etapa formativa, terá uma carga horária de 20 horas e utilizará como material didático o Guia de Educação entre Pares do Ministério da Saúde, fascículo 3. Será ministrada pela Fiocruz Brasília em sua sede e abordará o conceito amplo de saúde, os princípios da metodologia, as estratégias de educação entre pares (comunicação, mobilização social,



formação de grupo, trabalho em grupo, mídias e redes sociais como instrumentos da educação em saúde).

A segunda etapa, voltada para a formação sobre álcool e outras drogas, terá uma carga horária de 80 horas e utilizará além do citado Guia do Ministério da Saúde, o material do Curso de Prevenção do Uso de Drogas. Neste processo formativos serão trabalhados o conceito de drogas, os diferentes tipos de envolvimentos com as drogas, o uso de drogas no Brasil, drogas e adolescência, fatores de risco associado ao consumo de drogas e o papel da escola na prevenção ao uso de drogas. Essa formação será dividida em dois módulos: um primeiro intensivo, 40 horas, utilizará de exposições dialogada e metodologias ativas, abordando o tema. Os jovens educadores participarão ainda de educação permanente, 40 horas, composta por atividades de supervisão, tutoria, compartilhamento das experiências e seminários com especialistas motivados pela demanda dos educadores jovens. Os processos formativos estão planejados de forma a unir momentos de discussão teórica, reflexão, aplicação prática e tutoria, mediados pelos articuladores regionais e do coordenador da ação, que atuarão como preceptores da vivência educacional.

A entrada dos jovens educadores no território educacional será facilitada pela articulação com o núcleo gestor da escola e corpo docente, utilizando-se, para tanto, de reuniões com a direção e apresentação do projeto nos momentos de coordenação dos professores. As experiências anteriores da Fiocruz demonstram que o empoderamento do jovem educador junto à comunidade escolar é fator chave para a sua atuação e trânsito nos espaços de diálogo da escola.

A atividade de educação entre pares será acompanhada pelo articulador local da ação M1A2, que irá realizar encontro mensal com os jovens. Os encontros objetivam não apenas orientar as atividades dos jovens, mas também criar um espaço em que o processo de articulação entre as ações da meta 1 (educação EAD, semipresencial e educação entre pares).

As atividades dos articuladores locais e dos jovens serão acompanhadas por dois articuladores regionais, que irá orientar, acompanhar e sistematizar as ações desenvolvidas e os resultados alcançados pela ação.

Esses articuladores regionais devem ter no mínimo graduação em na área de saúde, sociais e ciências sociais⁴ aplicadas e experiência prévia com trabalhos que envolvam a dinamização juvenil.

⁴ De acordo com classificação utilizada pelo CNPq e disponibilizada no sítio eletrônico <http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>

Os jovens educadores deverão integrar grupo de articulação intersetorial criado ou em funcionamento⁵ na atividade M1A2 (educação semipresencial), onde construirá o seu plano de trabalho, tendo como objetivo atuar de forma articulada com as demais iniciativas.

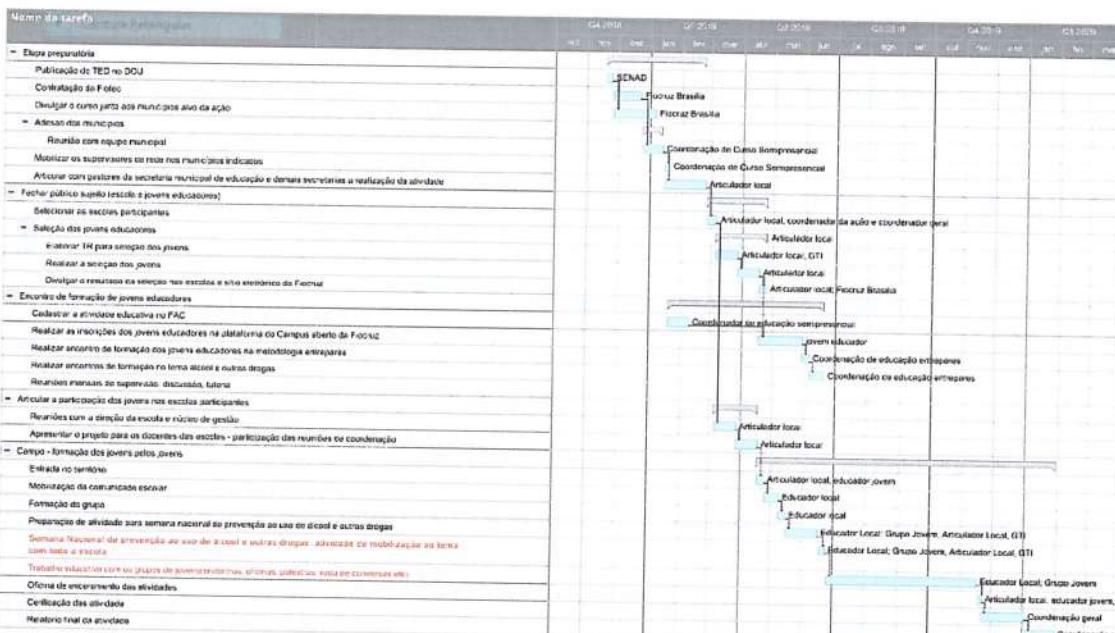
O trabalho do jovem educador consistirá em formar grupos, promover e coordenar encontro com os jovens da escola em que estudam e debaterem o tema da prevenção ao uso de álcool e outras drogas na perspectiva de empoderar os jovens como sujeitos significativos e ampliar o repertório de habilidades para lidar com as situações da vida adulta e autônoma.

No âmbito de suas atividades será utilizada a Semana Nacional de Prevenção ao Uso de Drogas como um elemento mobilizador da comunidade escolar em torno do tema. Os jovens coordenados pelo educador jovens serão instigados a realizar atividades multimeios que ampliem a discussão do temário para toda a comunidade, na perspectiva de uma escola aberta.

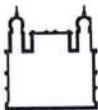
No fechamento dos trabalhos com os jovens, será realizada uma oficina de avaliação e troca de experiência, em que cada território apresentará não apenas os resultados alcançados, mas o processo de construção e a evolução dos grupos jovens.

Cronograma

O Cronograma toma como referência a publicação do TED no DOU no mês de novembro, alterações nesta data terão impacto nas datas previstas de todas as atividades.



⁵ Caso já exista um grupo formado e que congregue os setores considerados como importantes para a prevenção do uso de álcool e outras drogas, como o GTI-M do PSE, orienta-se usar esse espaço de diálogo para a articulação das ações da meta.



Produtos

A ação de educação entre pares promoverá a formação de 72 jovens educadores no tema álcool e outras drogas, envolvendo 12 escolas da região do DF e entorno.

Ao longo das atividades, serão feitos registro por meio de lista de presença, fotos e relatos que comporão relatórios parciais, cujos conteúdos são apresentados no Quadro 5.

Quadro 5- Produtos intermediários resultantes da ação de educação entre pares.

Produto Intermediário	Forma de Aferição	Prazo
Reuniões com equipes municipais	<input type="radio"/> Relatório Parcial 1	Março 2019
12 territórios aderidos ao projeto	<input type="radio"/> Relatório Parcial 1	Março 2019
Formação de equipe articuladores locais	<input type="radio"/> Relatório Parcial 1	Março 2019
Seleção das escolas participantes	<input type="radio"/> Relatório Parcial 1	Março 2019
Adequação do material pedagógico	<input type="radio"/> Acesso a Plataforma AVA <input type="radio"/> Relatório Parcial 2	Junho 2019
Jovens educadores formados na metodologia de educação entre pares (20 horas)	<input type="radio"/> Relatório Parcial 2	Junho 2019
Perfil dos jovens educadores participantes	<input type="radio"/> Relatório Parcial 2	Junho 2019
Perfil dos jovens educados participantes das atividades de educação entre pares	<input type="radio"/> Relatório Parcial 3	Setembro 2019
Eventos de mobilização para o tema na semana de prevenção ao uso de drogas	<input type="radio"/> Relatório Parcial 3	Setembro 2019
Evento de encerramento da atividade com a participação dos jovens educadores, do território educativo e do Grupo de Trabalho Intersetorial dos territórios	<input type="radio"/> Relatório Parcial 4	Dezembro 2019
Relatório final de descrição das atividades de educação entre pares	<input type="radio"/> Relatório Parcial 4	Março 2020



5.2- M2 - Construção do conhecimento sobre a ações educacionais voltadas para prevenção ao uso de álcool e outras drogas no território educativo 5.2.1 - B1. Investigar experiências de articulação intersetorial e participação juvenil

Esta ação pretende sistematizar as ações propostas pelo projeto, na perspectiva das relações intersetoriais locais. Visa, com isso, construir conhecimento capaz de colaborar com a superação da lógica da fragmentação das políticas públicas de prevenção, da realização de ações pontuais e desarticuladas.

Reconhecendo que o fortalecimento da intersetorialidade e da governança está intrinsecamente relacionado com a singularidade dos contextos locais, serão realizados estudos com objetivos de identificar as dinâmicas locais que favoreçam ou obstaculizem o desenvolvimento da articulação entre os setores, saberes e práticas, bem como em que medida o desenho das políticas nacionais sobre drogas, saúde, educação e assistência social potencializam ou minimizam os fatores locais.

Na perspectiva da sistematização, se propõe uma metodologia com o envolvimento das partes interessadas na construção das etapas da pesquisa – pesquisa participativa, por meio de oficinas, devolutivas e grupos focais. A sistematização da experiência e seus resultados serão apreciados na construção de uma teoria da mudança, que contribua para a compreensão da relação entre os efeitos previstos e os resultados alcançados, onde os fatores de fortalecimento da intersetorialidade em seus diversos arranjos territoriais possam ser melhor entendidos para apoiar o planejamento futuro da implementação das políticas com foco no território educativo.

No campo da prevenção do uso de álcool e outras drogas, as evidências científicas apontam que a falta de conhecimento sobre drogas e suas consequências são fatores de risco, mas, também, há outros fatores como: os processos biológicos, traços de personalidade, transtornos mentais, negligência e abuso na família, falta de vínculo com a escola e com a comunidade, normas sociais propícias e ambientes favoráveis ao uso abusivo de substância e crescimento dentro de comunidades marginalizadas e carentes. Por outro lado, o bem-estar psicológico pessoal e emocional, habilidades sociais e pessoais, forte apego aos pais, pais que cuidam e se preocupam de forma e escolas e comunidades que são bem amparadas e organizadas, são fatores que diminuem a vulnerabilidade de indivíduos para o uso abusivo de substâncias psicoativas.

Nesse sentido, são desafios dos modelos de prevenção, implementar ações capazes de desenvolver valorização das habilidades de vida, as informações baseadas na ciência, o fortalecimento dos contextos relacionais das pessoas, a utilização de metodologias interativas e a articulação intersetorial em sua implementação, visando a saúde e o bem-estar.

Território de abrangência

As ações de sistematização e análise das experiências de articulação intersetorial propostas serão desenvolvidas nas sete regiões do Distrito Federal, com foco na articulação intersetorial e construção de redes locais de prevenção.

Escopo da ação

Propõe-se sistematizar e analisar a rede intersetorial de Prevenção a partir do Programa Saúde na Escola (PSE), em particular nas escolas que sinalizaram no momento de adesão o desejo de trabalhar com a ação referente à prevenção ao uso de álcool e outras drogas, e dos grupos intersetoriais que forem se constituídos ao longo da execução do projeto.

O PSE agrupa as duas principais redes territorializadas da saúde – atenção primária, e da educação, educação básica. Esta política intersetorial implementada em mais de 5 mil municípios, institui em sua estrutura de governança e formação de grupos intersetoriais estaduais e municipais, onde outros atores do território, como a assistência social, a sociedade civil organizada, representação de jovens e instituições de ensino superior são convidadas a participar. A rede do PSE constitui um investimento de recursos públicos e um recurso instalado com grande potencial para a ação promocional e preventiva nas escolas e territórios circundantes, e logo, com maiores chances de agregar as demais políticas públicas voltadas para a saúde do escolar nos territórios educativos. Não obstante, segundo a dinâmica de cada micro território, outros espaços existentes de governança e participação poderão ser identificados e ocupados.

Metodologia

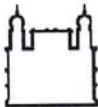
Se utilizará de método de pesquisa com abordagem qualitativa de estudo de caso, com o emprego de metodologia de entrevista com atores chaves, observação participante, estudo documental e grupos focais.

Atividades e as estratégias metodológicas a serem desenvolvidas no âmbito da são apresentadas no Quadro 6.

Quadro 6 – Estratégias metodológicas da ação desistematização das experiências intersetoriais



Atividade a ser desenvolvida	Estratégia metodológica
1. Mapear no território os equipamentos públicos e privados existentes que tem potencial de compor rede intersetorial de prevenção;	• Entrevistas com atores chaves
2. Identificar no território recursos na comunidade (grupos de apoio, ONGs, entidades religiosas etc) que tem potencial de compor rede intersetorial de prevenção;	• Entrevistas com atores chaves
3. Identificar a partir das falas dos atores mapeados na atividade 1 e 2, a visão sobre a pertinência de desenvolver ações intersetoriais, o desejo de participar de redes intersetoriais, fatores que impedem a sua participação;	• Entrevistas com atores chaves
4. Identificar em experiências de prevenção ao uso de drogas (projetos Redes, projetos das versões anteriores do curso de prevenção ao uso de álcool e outras drogas etc) fatores históricos, organizacionais, políticos e sociais que contribuem e dificultam a articulação dos atores;	• Estudo documental • Revisão bibliográfica
5. Identificar se os fatores mapeados na atividade 4 se fazem presente nos territórios e qual a sua relevância para a articulação intersetorial;	• Grupos focais • Observação participante
6. Identificar nos territórios educativos e comunidades adscritas ações de interesses comuns para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;	• Grupos focais • Observação participante
1. Identificar fatores que possam promover a integração entre os serviços, famílias e comunidades do território educativo.	• Grupos focais • Observação participante
1. Identificar fatores que possam dificultar a integração entre os serviços, famílias e comunidades do território educativo.	• Grupos focais • Observação participante



- 1. Publicação com relato de experiências sobre intersectorialidade e prevenção.
- 2. Construção do modelo para ação intersectorial no território educativo.

Cronograma

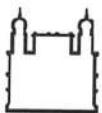
O Cronograma toma como referência a publicação do TED no DOU no mês de novembro, alterações nesta data terão impacto nas datas previstas de todas as atividades.

Nome da tarefa	05/2016	01/2017	02/2017	03/2017	04/2017	05/2017	06/2017
- Etapa preparatória							
Publicação no TED no DOU							
Contratação da Fitter							
Oficina metodológica							
Oferecer recursos e recursoamento de pesquisadores							
- Pesquisa de campo							
Mapar no território os equipamentos públicos e privados existentes que tem potencial de impactar na ação de prevenção;							
Identificar no território recursos na comunidade (grupos de ação, ONGs, entidades religiosas etc) que tem potencial de impactar na ação;							
Identificar a partir das faixas com outras instâncias, na atividade 1 e 2, a visão sólida a permitirão da desestruturação das ações, identificando o que deve ser feito;							
Identificar em experiências de prevenção no uso de drogas (projeto Redes, projetos com versões diferentes de ação de prevenção) as ações que devem ser feitas;							
Identificar se os fatores impulsionam na atividade 3 se fazem presente nos territórios e qual a sua relevância para a articulação intersectorial;							
Identificar novos fatores ecológicos e comunicação entre elas agindo de forma contínua com o fortalecimento das ações, fortalecendo a ação;							
Identificar fatores que promovem a integração entre os serviços, famílias e comunidades do território educativo;							
Identificar fatores que promovem a integração entre os serviços, famílias e comunidades do território educativo;							
- Peforar os resultados de experiência							
Publicação com relato de experiências sobre intersectorialidade e prevenção							
Construção do modelo para ação intersectorial no território educativo							

Produtos

Quadro 7- Produtos intermediários resultantes da ação de sistematização de experiências intersectoriais.

Produto Intermediário	Forma de Aferição	Prazo
Oficina de nivelamento	<input type="radio"/> Relatório da descrição da oficina <input type="radio"/> Relatório Parcial 1	Março 2019
Mapeamento de recursos na comunidade que podem ser trabalhado em rede intersectorial	<input type="radio"/> Relatório Parcial 2 <input type="radio"/>	Junho 2019
Pesquisa documental de ações intersectoriais nas experiências de prevenção ao uso de álcool e outras drogas	<input type="radio"/> Relatório Parcial 3	Setembro 2019
Identificação dos fatores facilitadores e barreiras a ativação de redes intersectoriais	<input type="radio"/> Relatório Parcial 4	Dezembro 2019
Publicação com o relato da experiência e modelo teórico da ativação de redes intersectoriais de	<input type="radio"/> Relatório parcial 5	Março de 2020



5.2.2- B2. Realização de Estudos avaliativos sobre a prevenção uso de álcool e outras drogas no âmbito do projeto

Esta ação visa informar ao gestor da política sobre droga, aos órgãos de controle e à sociedade numa perspectiva de *accountability*, sobre a eficácia do Projeto em desenvolver ações educativas emancipatórias e cidadão de prevenção ao uso de álcool e outras drogas no ambiente escolar, sobre a efetividade do projeto em fazer conhecer aos jovens estudantes sobre os riscos do uso de álcool e outras drogas e em mobilizar atitudes nos jovens que os tornem menos susceptíveis ao consumo de drogas.

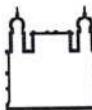
Para tanto, serão monitoradas e avaliadas as ações antes, durante e após a conclusão das estratégias de prevenção (meta 1), tendo como sujeito das análises: a escola, o professor e os educandos.

Metodologia

A ação será alcançada por um conjunto de ações de pesquisa, sistematização e análise de dados.

A primeira etapa da pesquisa se voltará a caracterização do público alvo das ações de prevenção no ambiente escolar. Assim, a partir de dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua, serão descritos os domicílios com presença de jovens, utilizando-se de indicadores sócio-econômicos (renda, participação no mercado de trabalho do jovem e dos responsáveis, matrícula na escola, atraso ano-série, moradia precária, etc). A Pesquisa Nacional de Saúde (2014) se utilizará para fazer a caracterização de saúde dos adultos-jovens (18 a 24 anos), onde será investigada a presença de doenças crônicas, tabagismo, adoção de hábitos saudáveis (prática de esportes e alimentação). Os adolescentes serão caracterizados a partir da análise dos microdados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE 2012) que tem a limitação de pesquisar apenas o público escolar.

As escolas escolhidas para receberem as ações, serão caracterizadas segundo algumas características: situação (zona urbana/rural), oferta de curso (ensino médio ou ensino médio e fundamental), tempo de atuação na comunidade, quantidade de alunos, percentual de



alunos beneficiados do PBF (proxy de vulnerabilidade de renda do território), percentual dos professores envolvidos nos processos formativos, perfil dos professores existentes na escola, localizada em território de alta vulnerabilidade (como em assentamentos sub-normais ou em setor censitário com baixa oferta de serviços públicos de infraestrutura urbana – água, esgoto, pavimentação, energia, coleta de lixo etc) e características físicas do equipamento escolar. As informações serão coletadas do Censo Escolar 2017, do Censo populacional 2010, do Cadastro Único (agregadas por setor censitário e disponibilizada no sítio do MDS). As informações de caracterização das escolas, além de permitir traçar o perfil dos equipamentos que estão recebendo a iniciativa, servirão como variáveis instrumentais no processo de avaliação da eficácia e efetividade.

Os professores terão seu perfil traçados a partir de informações sócio demográficas (sexo, idade, raça/cor, grau de instrução), profissional (tempo de atuação na escola e no magistério, tipo de vínculo com a escola, tipo de função que exerce na escola, disciplina que ministra, formação, realização de outros cursos relacionados com o tema, carga horária na escola e total de trabalho) e motivacionais(o que o fez buscar a realizar o curso, qual a disponibilidade para realizar as ações previstas de forma intersetorial, conhecimento do território, experiência de realização de atividades de articulação intersetorial, visão sobre a prevenção do uso de álcool e outras drogas). Os dados serão coletados por meio de questionário aplicado ao início do curso (etapa de ambientação) e poderão ser comparados em parte com os demais professores das escolas (coletados pelo censo educacional). No decorrer do curso, serão monitoradas as atividades dos educandos, segundo os perfis definidos, de forma a caracterizar quem são os educandos que tem maior participação e mais demandam tutoria, quais profissionais mais abandonam o curso, quais os que tem maior dificuldade em traçar os planos de ação.

Os professores e os alunos das escolas beneficiadas serão os principais informantes sobre a eficácia e efetividade do projeto. Serão realizadas entrevistas em profundidade, grupos focais. Serão investigadas a participação em atividades educativas promovidas pelos educandos atingidos pela meta 1, a mudança no conhecimento, nas atitudes e nas práticas em relação ao uso/exposição ao álcool e outras drogas.

Será possível comparar os efeitos observados dos diferentes arranjos metodológicos de prevenção adotados pelo projeto, bem como a partir da função custo, definir o modelo mais custo-efetivo e sugerir recomendações de aperfeiçoamento.

Atividades propostas

- Construir matriz lógica do modelo de intervenção e escolha dos indicadores de monitoramento e avaliação
Estratégia de execução:
 - Oficina com os gestores e partes interessadas;
 - Construção de matriz de indicadores de monitoramento e avaliação do projeto

- Implantar sistema de gestão e de acompanhamento de rendimento acadêmico
Estratégia de execução:
 - Desenvolvimento de sistema informatizado de gestão e acompanhamento do rendimento acadêmico, com módulos de inscrição, perfil, acolhimento, desenvolvimento das atividades, avaliações e emissão de certificados;
 - Realizar estudo de demanda
 - 1.1..1 Estudo sobre o perfil dos jovens;
 - Realizar avaliação de implementação das estratégias de prevenção ao uso AD adotadas pelo projeto
 - Estudo sobre o perfil das escolas que aderiram a proposta;
 - Estudo sobre o perfil dos professores participantes da proposta;
 - Seminários de discussão do processo de avaliação e de resultados



Cronograma

Nome da tarefa	Q4	Q1	Q2	Q3	Q4	Q1	Q2	Q3	Q4	Q1	Q2	Q3	Q4						
	dez	jane	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jane	fev	mar	abr	mai	jun
- Elaboração de relatório de avaliação																			
Publicação do TED no DOU																			
Contratação da Fiocruz																			
Seleção de bolsistas																			
- Criar as condições para realizar as avaliações																			
- Construir matriz lógica do modelo de intervenção e escolha dos indicadores de m																			
- Oficina com os gestores e partes interessadas																			
- Construção de matriz de indicadores de monitoramento e avaliação do projeto																			
- Implementar sistema de gestão e de acompanhamento de rendimento acadêmico																			
- Realizar levantamento bibliográfico - construção de repositório de avaliações sub																			
- Realização de estudos avaliativos																			
- Estudo sobre o perfil dos jovens																			
- Divulgação do resultado do processo seletivo																			
- Estudo sobre o perfil das escolas que aderiram à proposta																			
- Estudo sobre o perfil dos professores participantes da proposta																			
- Estudo qualitativo da implementação das atividades educativas																			
- Divulgação dos resultados																			
- Seminários de discussão do processo de avaliação e de resultados																			

Produtos

Quadro 8- Produtos intermediários resultantes da ação de educação.

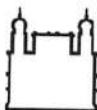
Produto Intermediário	Forma de Aferição	Prazo
Oficina com gestores e partes interessadas	<input type="radio"/> Relatório Parcial 2	Junho 2019
Perfil dos jovens	<input type="radio"/> Relatório Parcial 3	Setembro 2019
Perfil dos professores cursistas	<input type="radio"/> Relatório Parcial 4	Dezembro 2019
Avaliação comprehensivo do projeto	<input type="radio"/> Relatório Final	

523. Estudo de Egressos

Esta ação visa levantar informações para a gestão e para a pesquisa, sobre a ocorrência de atividades e práticas educacionais de egressos da sexta edição do Curso EAD, ocorrido em 2013/2014, para a Prevenção do uso do álcool e outras drogas assim como aqueles da primeira edição do curso semipresencial, realizada 2014, em paralelo à sexta edição.

Embora as edições anteriores do curso EAD tenham sido avaliadas por meio de pesquisas de reação, avaliação externa e avaliação de impacto em Polos regionais, utilizando metodologias quali- quanti, ainda não foi realizado um estudo com foco nas práticas realmente realizadas pelos participantes ao longo do tempo.

O estudo de egressos visa conhecer as práticas e percepções dos cursistas ao longo do tempo, trazendo elementos para a apreciação do impacto das ações educacionais realizadas. Ademais poderão ser realizadas comparações entre cursistas do EAD e do semipresencial.



Metodologia

O estudo de natureza exploratória, se estrutura em três módulos: o levantamento e análise de informações sobre as ofertas em questão, a partir de documentos existentes, visando conhecer as características dos cursistas- perfil, adesão, projetos apresentados. Uma pesquisa por questionário com o objetivo de levantar informações sobre mudanças na percepção dos participantes sobre o curso ao longo do tempo, se fez outras formações, onde vem atuando profissionalmente, se realiza ou se realizou ações de prevenção do uso de álcool e outras drogas, quais, quais atividades realizou, com quais metodologias, junto a que tipo de público, como as avaliou, com quais parceiros e, caso não tenha realizado nenhuma atividade de prevenção, porque isso ocorreu. Este instrumento seria direcionado ao conjunto dos participantes concluintes das ofertas EAD e semipresencial. Finalmente, uma entrevista será realizada retomando e aprofundando questões sobre as atividades realizadas para aprofundar as informações sobre a natureza das ações, o contexto de sua realização, verificar as respostas, junto a uma mostra dos cursistas que tenham declarado na pesquisa por questionário, ter realizado ações de prevenção, representativa de cada subgrupo (EAD e semipresencial).

Etapas

1. Levantamento das informações existentes, análise de dados secundários sobre ambas as edições a serem investigadas;
2. Elaboração do protocolo para a pesquisa em dois momentos:
 - a. Por questionários auto aplicado, online, para o conjunto dos egressos;
 - b. Entrevistas semiestruturadas junto a uma amostra representativa da população de egressos das duas ofertas escolhidas, segundo critério de realização de atividades após o curso, ao longo do tempo.
3. Validação dos instrumentos;
4. Elaboração de lista com contato por e-mail dos cursistas;
5. Definição da plataforma para a pesquisa por questionário;
6. Elaboração de material informativo sobre a pesquisa;
7. Preenchimento da Plataforma Brasil para submissão ao comitê de ética em pesquisa CEP da Fiocruz Brasília.
8. Aplicação das entrevistas online;
9. Analise dos dados e definição da amostra para as entrevistas;
10. Realizar as entrevistas por telefone.
11. Transcrever e analisar as entrevistas.



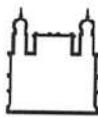
Produtos

Quadro 9- Produtos intermediários resultantes da ação.

Produto Intermediário	Forma de Aferição	Prazo
Protocolo de pesquisa	<input type="radio"/> Submissão na Plataforma Brasil do projeto de pesquisa	Junho 2019
Mapeamento de egressos (análise documental)	<input type="radio"/> Relatório Parcial 3	Setembro 2019
Analise de egressos 1 (questionários)	<input type="radio"/> Relatório Parcial 4	Dezembro 2019
Estudo aprofundado das práticas dos egressos (após entrevistas)	<input type="radio"/> Relatório Final	

Orçamento

Esta ação será realizada em conjunto com a ação 2 desta meta: avaliação das ações educacionais voltadas para a prevenção do uso de álcool e outras drogas, com foco em profissionais da educação.



- 5.3. M3** – Realizar atividades Interinstitucionais entre a Fiocruz e o SENAD/MJ voltadas para o campo da formação, investigação e prevenção ao uso do álcool e outras drogas, com vistas à produção de relatório técnico contendo as ações de fortalecimento interinstitucionais realizadas

A meta visa adequar as condições institucionais e de gestão com vista à execução eficaz do objeto pactuado e documentar as transações efetuadas de forma a realizar manter os registros técnicos e administrativos para a prestação de contas. Assim, estão incluídas nesta meta todas as atividades de coordenação, bem como processos que dão suporte ao Projeto como um todo.

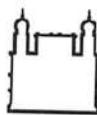
Considerando a complexidade e as especificidades dos arranjos técnicos adotados, optou-se por ter responsáveis técnicos pela execução de ações na meta 1 e responsáveis de metas nas demais metas. O Quadro x, apresenta a distribuição dos recursos humanos alocados nesta atividade, bem como as suas atribuições e sua vinculação a que meta de trabalho.

A coordenação geral do projeto ficará a cargo da Escola Fiocruz de Governo, as demais metas ficarão vinculadas aos Programas de Saúde Mental e Programa de Educação, Cultura e Saúde.

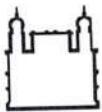
Função no projeto	Atribuições	QUANT. DE PESSOAS
1. Coordenador Geral	<ol style="list-style-type: none">1. Ser o responsável técnico e coordenador administrativo das ações desenvolvidas pelo TED;2. Ser o interlocutor da Fiocruz com a SENAD;3. Ser responsável pela elaboração dos relatórios técnicos e produtos derivados do TED, auxiliado pelos coordenadores de meta, coordenador administrativo e financeiro, coordenador de tecnologia e coordenador de M&A ;4. Supervisionar o desenvolvimento das ações apoiadas pelo TED;5. Supervisionar a execução financeira do TED;6. Ser responsável pela execução do TED nos termos pactuados, respeitando a legislação vigente.7. Apresentar ao órgão repassador (SENAD) relatórios parciais de execução e relatório final.	1



2. Assessor da coordenação	Auxiliar o coordenador geral em suas atribuições de representação do projeto junto aos parceiros externos a Fiocruz	1
2. Responsável pela execução de ação - Curso EAD	1. Ser responsável pela ampla gestão do curso e zelar pelo cumprimento do objeto pactuado e sua finalidade; 2. Participar e acompanhar a proposta e execução pedagógica; 3. Sugerir equipe de trabalho EAD à coordenação geral do projeto; 4. Organizar as equipes de trabalho do curso EAD; 5. Encaminhar à coordenação geral relatórios parciais e finais de execução do projeto e de avaliação dos cursistas.	1
3. Responsável pela execução da ação - Curso Semipresencial	1. Ser responsável pela ampla gestão do curso e zelar pelo cumprimento do objeto pactuado e sua finalidade; 2. Participar e acompanhar a proposta e execução pedagógica; 3. Sugerir equipe de trabalho do curso semipresencial à coordenação geral do projeto; 4. Organizar as equipes de trabalho do curso semi-presencial; 5. Encaminhar à coordenação geral relatórios parciais e finais de execução do projeto e de avaliação dos cursistas.	1
4. Responsável pela execução da Ação - educação entre pares	1. Ser responsável pela ampla gestão do curso e zelar pelo cumprimento do objeto pactuado e sua finalidade; 2. Participar e acompanhar a proposta e execução pedagógica; 3. Sugerir equipe de trabalho de educação entre pares à coordenação geral do projeto; 4. Organizar as equipes de trabalho da educação entre pares; 5. Encaminhar à coordenação geral relatórios	1



	<p>parciais e finais de execução do projeto e de avaliação dos cursistas.</p>	
5. Responsável pela execução de ação - ação sistematização e análise da articulação intersetorial	<ol style="list-style-type: none">1. Planejar e acompanhar o desenvolvimento das ações propostas com vistas ao fiel cumprimento do TED;2. Sugerir equipe de trabalho de sistematização à coordenação geral do projeto;3. Organizar as equipes de trabalho da educação entre pares;4. Encaminhar à coordenação geral relatórios parciais e finais de execução do projeto .	1
6. Responsável de Tecnologia da Informação	<ol style="list-style-type: none">1. Articular a equipe de tecnologia da informação da Fiocruz Brasília e do curso EAD para desenvolvimento dos recursos tecnológicos necessários a implantação do projeto;2. Articular e garantir a utilização dos servidores de dados da Fiocruz de forma a suportar as plataformas eletrônicas desenvolvidas;3. Acompanhar o desenvolvimento dos produtos tecnológicos de forma a garantir o seu pleno desenvolvimento nos termos pactuados no projeto;4. Produzir relatórios gerenciais de acompanhamento e relatório final de execução das atividades concernentes a tecnologia da informação	1



<p>7. Responsável pela ação de Monitoramento e Avaliação</p>	<p>1. Assessorar a Coordenação Geral do Projeto com informações de monitoramento gerencial e analítico sobre o andamento e os resultados do projeto;</p> <p>2. Supervisionar as atividades de monitoramento e avaliação, prezando para o fiel cumprimento das atividades de M&A do projeto conforme pactuado;</p> <p>3. Elaborar relatório de avaliação do projeto, com vista à prestação de contas técnica, respondendo sobre os resultados alcançados e a efetividades das ações apoiadas;</p> <p>4. Apresentar às coordenações de meta a mensuração sistemática do desempenho de cada meta, com vista ao aperfeiçoamento das atividades e o cumprimento do objeto pactuado;</p> <p>5. Documentar todo o processo de execução do projeto em suas dimensões técnicas - científicas.</p>	1
--	--	---



8. Assistente de gestao	<p>1. Ser o interlocutor do projeto junto a entidade de execução financeira - Fiotec;</p> <p>2. Responder as demandas de contratação de pessoa física e jurídica encaminhadas pelo Coordenador Geral, com vistas a execução das metas pactuadas no âmbito do projeto;</p> <p>3. Coordenar os processos de compras, serviços e de reprodução;</p> <p>4. Prestar informações de forma periódica ao CG e ao coordenador de A&M sobre a execução financeira do projeto de formar a subsidiar a elaboração de relatórios de monitoramento do projeto;</p> <p>5 . Realizar o acompanhamento dos trâmites de pagamento junto aos órgãos competentes;</p> <p>6 . Atender as solicitações de produção de documentação do projeto em suas dimensões e trâmites administrativos para fins de auditorias ou outras finalidades demandadas pela coordenação do projeto;</p> <p>7 . Documentar todo o processo de execução do projeto em suas dimensões administrativas e financeiras;</p> <p>8 . Acompanhar o coordenador geral na tramitação orçamentária atendendo os prazos do projeto;</p> <p>9 . Ser responsável pelos procedimentos de aplicação e gestão financeira do projeto;</p> <p>11. Assistir o coordenador geral na elaboração do relatório final de prestação de contas das aplicações do projeto.</p>	1
8.1 Assistente academico	Executar as demandas das coordenações de forma a atender as necessidades de acompanhamento do curso. O quantitativo de seis pessoas se justifica pelo fato de que o funcionamento do PRODEQUI ocorre em três turnos, sendo significativo o número de atividades, inclusive concomitantes, para atender nas diferentes frentes de atuação do cotidiano.	3
Assitente de Coordenação Geral	<p>1. Organizar correspondências oficiais do projeto</p> <p>2. Acompanhar o Coordenador Geral em suas atribuições administrativas e de representação do projeto</p>	1

5.3.1- Ação 1, Organização preliminar da equipe e das condições de implementação do projeto

Esta ação contempla as **atividades preliminares** necessárias à implementação do projeto em pauta:

- a. Constituição do Comitê de acompanhamento do Projeto para sua governança, monitoramento das ações e validação dos produtos parciais, com participação de todas as instituições envolvidas.
- b. Construção dos perfis técnicos dos colaboradores que serão contratados para apoiar a execução do projeto;

Metodologia

Reuniões de trabalho da equipe técnico-política responsável

Produtos

- Elaboração de Normativa interna pelas instituições, Fiocruz e Senad, instituindo o comitê;
- 01 Reunião do Comitê;
- Construção das chamadas

Governança do Projeto

A execução do projeto ficará a cargo da Fundação Oswaldo Cruz, fundação pública ligada ao Ministério da Saúde e criada pelo Decreto 66.624/1970, por meio de sua Gerência Regional de Brasília – Fiocruz Brasília.

A Fiocruz, instituto de Ciência e Tecnologia, tem por finalidade

desenvolver atividades nos campos da saúde, da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico, devendo, em especial:

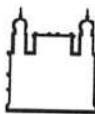
I - participar da formulação e da execução da Política Nacional de Saúde, e na área relacionada à saúde, da Política Nacional de Ciência e Tecnologia e da Política Nacional de Educação;

II - promover e realizar pesquisas básicas e aplicadas para a consecução das finalidades a que se refere o **caput** e propor critérios e mecanismos para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e tecnologia para a saúde;

III - formar e capacitar recursos humanos para as áreas de saúde, ciência e tecnologia;

IV - desenvolver tecnologias de produção, produtos e processos e outras tecnologias de interesse para a saúde;

V - desenvolver atividades de referência para a vigilância e o controle da qualidade em saúde;



VI - fabricar produtos biológicos, diagnósticos, profiláticos, prognósticos, medicamentos, fármacos e outros produtos de interesse para a saúde;

VII - desenvolver atividades assistenciais de referência, em apoio ao Sistema Único de Saúde - SUS, ao desenvolvimento científico e tecnológico, e aos projetos de pesquisa;

VIII - desenvolver atividades de produção, captação e armazenamento, análise e difusão da informação para as áreas de saúde, ciência e tecnologia;

IX - desenvolver atividades de prestação de serviços e de cooperação técnica nos campos da saúde, da ciência e da tecnologia;

X - preservar, valorizar e divulgar o patrimônio histórico, cultural e científico da FIOCRUZ e contribuir para a preservação da memória das áreas de saúde e de ciências biomédicas; e

XI - promover atividades de pesquisa, ensino, desenvolvimento tecnológico e cooperação técnica voltadas para a conservação do meio ambiente e da biodiversidade. (BRASIL, 2016)

A Fiocruz conta, além da Gerência Regional de Brasília, com outras 9 unidades regionais, distribuídas ao longo do território nacional (Figura 4), com 15 órgãos específicos singulares (Instituto Oswaldo Cruz, Instituto Aggeu Magalhães, Instituto Gonçalo Moniz, Instituto René Rachou, Instituto Leônidas e Maria Deane, Casa de Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos, Instituto de Tecnologia em Fármacos, Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde, Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas, Instituto Carlos Chagas, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, e Instituto de Ciência e Tecnologia em Biomodelos). O quadro de pessoal da Fiocruz é composto 9.433 pessoas, dos quais são 4.932 servidores públicos (BRASIL, 2018⁶).

⁶ Brasil. Portal da Transparência. Acessado em www.transparencia.gov.br/servidores em 14/09/2018.

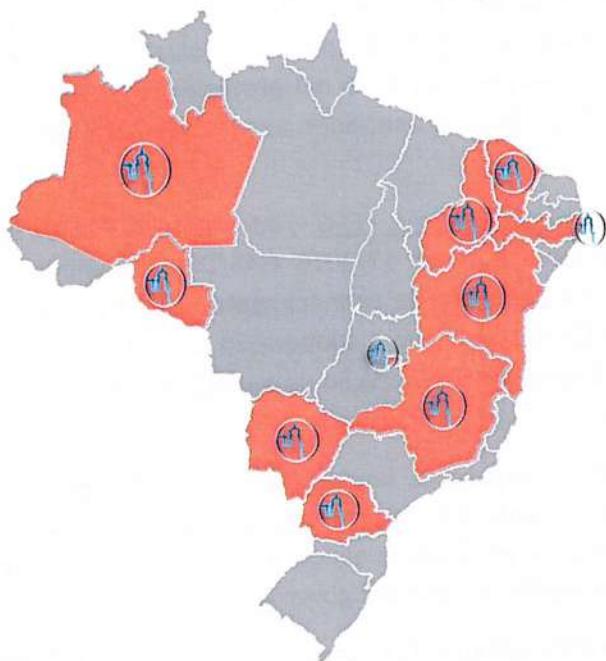
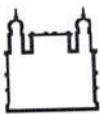


Figura 4 – Distribuição das Unidades Regionais da Fiocruz pelas Unidades Federais

Conforme estabelecido no Art.30 do Decreto 8.932/2016, compete à Gerência Regional:

- I - representar a FIOCRUZ, nas suas áreas de competência, junto aos órgãos e às instituições públicas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e junto ao setor privado e ao terceiro setor sediados em Brasília;
- II - estabelecer parcerias com instituições de ensino, pesquisa e saúde e de execução de políticas públicas para ciência e tecnologia, articular e apoiar redes sociotécnicas e as unidades da FIOCRUZ;
- III - prestar assessoria técnica nas áreas de expertise da FIOCRUZ, com ênfase no desenvolvimento de políticas voltadas para a ciência, tecnologia e informação em saúde;
- IV - apoiar a coordenação de ações da FIOCRUZ para a integração técnica-operacional e o desenvolvimento estratégico da instituição;
- V - divulgar produtos e serviços da FIOCRUZ em âmbito local, regional e nacional;
- VI - prestar suporte gerencial e administrativo de interesse da FIOCRUZ; e
- VII - realizar atividades de ensino e pesquisa aplicada, dirigidas à governança e à gestão de políticas públicas e saúde (BRASIL, 2016).

Para a execução da presente parceria, com vista à economicidade e racionalidade administrativa, a Fiocruz Brasília utilizará de contrato administrativo com a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde – Fiotec, em conformidade com estabelecido pela Lei 8.958/94 e decreto 7.423/2010.

A Fiotec, fundação de direito privado, sem fins lucrativos, em conformidade com o estabelecido pelo item III, artigo 2º, da lei 8.958/94, foi credenciada pela Portaria Conjunta 76/2015 MCTI/MEC como instituição de apoio à Fiocruz. Conta com um quadro de 300 colaboradores administrativos e mais de 6 mil profissionais envolvidos em projetos, tendo executado mais de 2 mil projetos, gerenciando apenas em 2015 mais de R\$ 475 milhões de recursos de projetos.

A Escola Fiocruz de Governo – EFG –, integrante da Fiocruz Brasília, tem entre suas competências, definida pela Portaria 17/2016 GAB/DIREB, realizar atividades de ensino, articulado à pesquisa e à aplicação de conhecimento, dirigidas à governança e gestão de políticas públicas e saúde, fortalecendo a cooperação com as demais unidades da Fiocruz e instituições de ensino, pesquisa e de execução de políticas públicas para Ciência, Tecnologia e Inovação (C&TTI) e Saúde.

A EFG constitui espaço de implementação do ensino, pesquisa e aplicação, de forma continuada e permanente dos setores que atuam nas políticas públicas, fundada na intersetorialidade, no conceito ampliado de saúde, na transdisciplinaridade e no intercâmbio de conhecimentos entre sociedade, academia e governo.

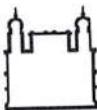
A oficina de planejamento da Fiocruz Brasília no ano de 2016 elaborou como missão da EFG:

Promover a integração para o desenvolvimento estratégico da Fiocruz e das políticas públicas com ofertas de formação e tecnologias para a governança e gestão de redes sóciotécnicas (Oficina de Planejamento da Fiocruz Brasília, 2016)

Segundo artigo 2º da Portaria 17/2016 GAB/DIREB, compete à EFG:

- I. Fortalecer a cooperação com as demais unidades da Fiocruz e instituições de ensino, pesquisa e de execução de políticas públicas para C&TI e Saúde, bem como com outras instituições de ensino e pesquisa nacionais ou internacionais de reconhecida competência;
 - II. Realizar atividades de altos estudos sobre políticas públicas;
 - III. Promover a formação permanente e continuada da força de trabalho governamental e sociedade civil na área da saúde e afins;
 - IV. Desenvolver novas tecnologias, metodologias e estratégias para a formação, capacitação, e desenvolvimento da força de trabalho governamental e sociedade civil na área da saúde e afins;
 - V. Desenvolver pesquisas estratégicas para o aprimoramento das políticas públicas;
 - VI. Apoiar o aprimoramento da capacidade gerencial e desenvolvimento organizacional do SUS mediante suporte técnico, assessoria e desenvolvimento de tecnologias administrativas.

O Programa de Educação, Cultura e Saúde – PECS – ligado a Fiocruz Brasília, vem desde o ano de 2008, atuando em projetos que promovam a articulação, a potencialização e a sustentação de iniciativas educativas voltadas a prevenção e promoção da saúde. O PECS tem como objetivo renovar, qualificar e dinamizar as práticas educativas em saúde, tendo como diretrizes: a abordagem intersetorial, territorial, participativa, descentralizada, com foco no protagonismo juvenil. O Programa trabalha diretamente com a formação de jovens



multiplicadores como atores catalisadores e estratégicos na formação de redes de prevenção e promoção da saúde entre as distintas populações. Na sequência são apresentadas as experiências do PECS correlatadas com o objeto da presente parceria:

1. Projeto Saúde e Prevenção na Escola - formação de profissionais de educação e de saúde e de Jovens formadores – No ano de 2009, a Fiocruz Brasília em parceria com a Secretaria de Educação Básica/MEC e o programa DST-AIDS/SVS/MS, iniciou a execução do citado projeto, que objetivou a promoção e a ampliação das ações do programa Saúde e Prevenção e de sua sustentabilidade a partir do fortalecimento dos Grupos Gestores Estaduais e Municipais e da participação juvenil na Escola. O projeto foi desenvolvido em todo o território nacional e contava com estratégias de acompanhamento, articulação e ampliação das ações, atividades de formação continuada de educadores e jovens e identificação de práticas sustentáveis. No âmbito do projeto, foram ainda levantadas informações sobre as expectativas e sobre a percepção dos participantes acerca da contribuição dos Encontros Regionais além de sua opinião sobre a metodologia empregada e os temas debatidos. As informações trouxeram elementos para a realização de uma análise sobre a correspondência entre a percepção dos participantes com relação aos objetivos de cada Encontro e os efeitos pretendidos pelos organizadores. Como resultado do projeto, fortaleceu-se a articulação entre os Grupos Gestores Estaduais, os Grupos Gestores Municipais e os jovens ampliando, assim, as ações do SPE nos municípios.

2. Projeto de Fortalecimento da Ação Intersetorial em Saúde: Apoio à Implementação do Programa Saúde nas Escolas em Sobradinho II – Distrito Federal – No período de 2012 a 2013, fruto da parceria entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, a projeto objetivou o fortalecimento e implementação do PSE nos territórios de Sobradinho e Sobradinho II, a partir do apoio à construção de um fórum permanente e participativo reunindo equipes de saúde, educação, gestores regionais de ambas as áreas e sociedade civil para pactuação de agendas locais e acompanhamento das ações realizadas. Apoiou, sobretudo, a ação intersetorial do Programa Saúde na Escola, fortalecendo espaços

permanentes de articulação e pactuação entre comunidade escolar, equipes de saúde da família, unidades básicas de saúde e movimento social com foco nas ações promotoras de saúde de crianças, adolescentes e jovens.

3. Participação e dinamização juvenil no PSE: Projeto de Implementação e Acompanhamento das “Estratégias para Educação entre Pares” do componente 2 No período de 2013 a 2015, fruto de parceria com o Ministério da Educação, o projeto teve o objetivo de fortalecer a participação juvenil nas ações do componente de Promoção da Saúde e Prevenção das doenças e agravos do Programa Saúde na Escola, utilizando como metodologia a educação entre pares em cinco capitais (Rio de Janeiro, Porto Alegre, Brasília, Recife e Manaus), atingindo 10 escolas e cerca de 10.000 pessoas entre jovens, professores e servidores das escolas e comunidade. A prevenção ao uso de álcool e outras drogas foi uma das temáticas trabalhadas pelo projeto.

O Núcleo de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas da Fiocruz Brasília, criado em 2016, desenvolve ações de pesquisa e formação, metodologias de governança digital e sistematiza estratégias técnicas para gestão, prática e inovação neste campo. Tem como missão fortalecer a atenção psicossocial no âmbito do Sistema Único de Saúde por meio da articulação em rede de ações intersetoriais de pesquisa, ensino e aplicação, visando promover o cuidado em liberdade, o exercício da cidadania e a garantia dos Direitos Humanos de pessoas em situação de vulnerabilidade.

O Núcleo trabalha em parceria com os Ministérios da Saúde, da Justiça e Segurança Pública, com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS); Secretarias Estaduais e Municipais; e Associações de Usuários, Familiares e Profissionais, no campo da Saúde Mental para o desenvolvimento de projetos voltados à oferta de educação em saúde, apoio técnico territorial e pesquisas de avaliação e implementação. No desenvolvimento de pesquisas, possui parcerias com diversas universidades do país (UnB, UFRJ, UFSB, UNIFESP, UFPE e UFPB).

Atualmente, o Núcleo possui três iniciativas de pesquisa de caráter interdisciplinar que colaboram entre si para construção de um repositório de conhecimentos para futuro acesso aberto. São estas: a pesquisa “Avaliação Nacional do Programa de Volta para Casa (PVC) e a desinstitucionalização: o impacto na vida cotidiana dos beneficiários”; a implementação do “Programa de Qualificação da Rede de Atenção Psicossocial” junto à Gerência de Saúde Mental do Distrito Federal, financiado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS); e “Memórias da Saúde Mental: Comunicação, Cultura e Direitos Humanos”.

O Núcleo tem buscado dar visibilidade às ações desenvolvidas em fóruns e eventos internacionais, e compõe ainda o Grupo de Trabalho sobre Saúde Mental da Associação Brasileira de Saúde Coletiva-ABRASCO.



II Responsabilidades na execução

A coordenação geral do projeto ficará a cargo da Escola Fiocruz de Governo, a quem competirá:

1. A responsabilidade da coordenação técnica e administrativa das ações desenvolvidas pelo TED;
2. A interlocução da Fiocruz com a SENAD;
3. Elaboração dos relatórios técnicos e produtos derivados do TED, auxiliado pelos coordenadores técnicos de meta e ação, coordenador de tecnologia e coordenador de M&A;
4. Supervisionar o desenvolvimento das ações apoiadas pelo TED;
5. Supervisionar a execução financeira do TED;
6. Autorizar despesas no âmbito da execução do presente projeto;
7. Autorizar a contratação de bolsistas para compor quadro técnico para execução do projeto
8. Utilizar os recursos em estreita obediência ao Projeto;
9. Autorizar viagens relacionadas ao Projeto, sendo certo que passagens internacionais deverão obrigatoriamente constar memória de cálculo;
10. Ser responsável pela execução do TED nos termos pactuados, respeitando a legislação vigente;
11. Certificar as atividades educativas desenvolvidas pelo Projeto;
12. Apresentar ao órgão repassador (SENAD) relatórios parciais de execução e relatório final.

A Escola Fiocruz de Governo (EFG) certificará todas as atividades educativas que forem necessárias à execução da presente parceria. Para tanto, a Secretaria Acadêmica da EFG fica responsável por montar processo administrativo que contemple para cada curso, a proposta pedagógica, o controle de frequência/atividades e a emissão dos certificados. O coordenador de ação a qual se vincula a atividade pedagógica deverá se responsabilizar pelo preenchimento do Formulário de Acompanhamento de Cursos Lato Sensu – FAC-L – do SIGA-L – Sistema Integrado de Gestão Acadêmica, Lato Sensu, EFG e do controle de frequência/atividade. A direção da EFG é responsável pela aprovação do FAC e pela assinatura dos certificados (Figura 5).

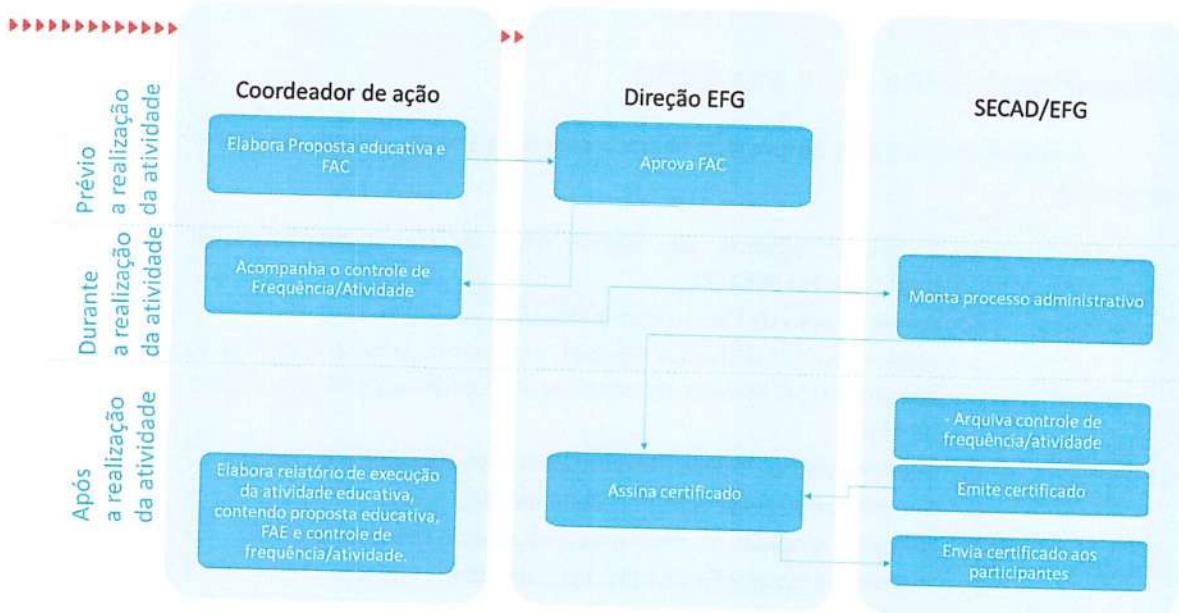
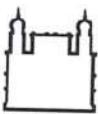


Figura 5 – Processo de certificação de atividade educativa

Cada uma das metas terá um responsável técnico de ação, voltado para o cumprimento do prazo e da execução das metas físicas conforme descrição do presente Projeto no âmbito de sua meta.

Ao coordenador de ação do curso EAD caberá:

1. Ser responsável pela gestão do curso e zelar pelo cumprimento do objeto pactuado e sua finalidade;
2. Participar da elaboração da proposta pedagógica e acompanhar a sua execução;
3. Sugerir equipe de trabalho EAD à coordenação geral do projeto;
4. Organizar as equipes de trabalho do curso EAD;
5. Encaminhar à coordenação geral relatórios parciais e finais de execução do projeto e de avaliação dos cursistas;
6. Acompanhar o controle da frequência/atividades de atividade educativa desenvolvida no âmbito de meta sob sua coordenação;
7. Informar à coordenação geral quaisquer problemas/imprevistos que comprometam a execução do objeto em conformidade com o presente Projeto;
8. Ser vigilante ao cumprimento dos prazos pactuados de execução do projeto.
9. Elaborar relatório de execução de atividade educativa, contendo proposta pedagógica, FAC, controle de frequência e descrição/análise das atividades realizadas.

Na execução do projeto a coordenação de ação do curso EAD poderá dispor de parceria e assistência técnica com outras instituições.

À coordenação da ação de curso semipresencial será responsável por:

1. Realizar a gestão do curso e zelar pelo cumprimento do objeto pactuado, sua finalidade, características e prazos;

- 2. Participar e acompanhar a proposta e execução pedagógica;
 - 3. Sugerir equipe de trabalho do curso semi-presencial à coordenação geral do projeto;
 - 4. Organizar as equipes de trabalho do curso semi-presencial;
 - 5. Encaminhar à coordenação geral relatórios parciais e finais de execução do projeto e de avaliação dos cursistas;
 - 6. Informar à coordenação geral quaisquer problemas/imprevistos que comprometam a execução do objeto em conformidade com o presente Projeto;
 - 7. Acompanhar o controle da frequência/atividades de atividade educativa desenvolvida no âmbito de meta sob sua coordenação;
 - 8. Ser vigilante ao cumprimento dos prazos pactuados de execução do projeto.
 - 9. Elaborar relatório de execução de atividade educativa, contendo proposta pedagógica, FAC, controle de frequência e descrição/análise das atividades realizadas.

À coordenação da ação de educação entre pares se incumbirá:

1. Realizar a gestão das atividades e zelar pelo cumprimento do objeto pactuado, sua finalidade, características e prazos;
 2. Participar e acompanhar a proposta e execução pedagógica;
 3. Sugerir equipe de trabalho de educação entre-pares à coordenação geral do projeto;
 4. Organizar as equipes de trabalho da educação entre-pares;
 5. Encaminhar à coordenação geral relatórios parciais e finais de execução do projeto e de avaliação dos cursistas;
 6. Informar à coordenação geral quaisquer problemas/imprevistos que comprometam a execução do objeto em conformidade com o presente Projeto;
 7. Acompanhar o controle da frequência/atividades de atividade educativa desenvolvida no âmbito de meta sob sua coordenação;
 8. Ser vigilante ao cumprimento dos prazos pactuados de execução do projeto.
 9. Elaborar relatório de execução de atividade educativa, contendo proposta pedagógica, FAC, controle de frequência e descrição/análise das atividades realizadas.

À Coordenacão da Ação Intersetorial no Território ficará responsável por:

1. Realizar a gestão das atividades e zelar pelo cumprimento do objeto pactuado, sua finalidade, características e prazos;
 2. Sugerir equipe de trabalho das ações intersetoriais no território à coordenação geral do projeto;
 3. Organizar as equipes de trabalho das ações intersetoriais no território;
 4. Encaminhar à coordenação geral relatórios parciais e finais de execução do projeto;
 5. Informar à coordenação geral quaisquer problemas/imprevistos que comprometam a execução do objeto em conformidade com o presente Projeto;
 6. Acompanhar o controle da frequência/atividades de atividade educativa desenvolvida no âmbito de meta sob sua coordenação;
 7. Ser vigilante ao cumprimento dos prazos pactuados de execução do projeto.

8. Elaborar relatório de execução de atividade educativa, contendo proposta pedagógica, FAC, controle de frequência e descrição/análise das atividades realizadas.

À Coordenação de Monitoramento e Avaliação caberá:

1. Assessorar a Coordenação Geral do Projeto com informações de monitoramento gerencial e analítico sobre o andamento e os resultados do projeto;
 2. Supervisionar as atividades de monitoramento e avaliação, prezando para o fiel cumprimento das atividades de M&A do projeto conforme pactuado;
 3. Elaborar relatório de avaliação do projeto, com vista à prestação de contas técnica, respondendo sobre os resultados alcançados e a efetividades das ações apoiadas;
 4. Apresentar às coordenações de ação a mensuração sistemática do desempenho de cada meta, com vista ao aperfeiçoamento das atividades e o cumprimento do objeto pactuado;
 5. Documentar todo o processo de execução do projeto em suas dimensões técnicas - científicas.

III Acompanhamento da execução do projeto

III.a Instância de acompanhamento

III.a.1. Comitê Técnico Científico de Acompanhamento do Projeto

O projeto será acompanhado por comitê técnico-científico composto por instituições parceiras e seus respectivos representantes, servidores efetivos indicados, do MJ/SENAD, Fiocruz Brasília, UnB, PSE/MEC, PSE/MS. Esse comitê terá caráter consultivo e não será remunerada a participação de seus integrantes.

O comitê será formalizado por ato da Diretoria da Escola Fiocruz de Governo após consulta de indicações aos órgãos integrantes do comitê.

O comitê deverá se reunir para acompanhamento do projeto, com periodicidade de encontros a ser definida e acordada com os parceiros e sempre que for necessário discutir estratégias para execução das metas, apresentação de resultados e quando a coordenação geral do projeto apresentar relatórios da execução por período do projeto e extraordinariamente, caso necessário. O comitê deverá se manifestar sobre o adimplemento das metas e emitirá parecer a ser encaminhado junto com o Relatório Parcial de Cumprimento de Objetivo à SENAD

Em conformidade com o art. 6º do Decreto nº 6.170/07 e com o art. 51 da Portaria MP/MF/CGU nº 127/08, a função gerencial fiscalizadora será exercida pelo MJ/SENAD. Assim, o monitoramento da implementação plano de trabalho será realizado pela Coordenação Geral de Pesquisa e Formação/DAP/SENAD/MJ, a partir de relatórios parciais e conclusivos encaminhados pela instituição proponente do projeto, que integrarão o sistema de monitoramento dos Programas da SEB.



III.a.2. Fiscal indicado pela Fiocruz

A direção da Fiocruz Brasília designará servidor para acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do projeto. Visando manter a segregação das funções de fiscalização e execução, o agente responsável pelo acompanhamento e fiscalização não poderá participar das atividades do projeto. A esse agente será oportunizado o acesso a todos os documentos e relatórios gerados no âmbito da Presente Parceria e na medida da disponibilidade financeira, recursos para realizar visitas in loco.

Tanto o Comitê Técnico Científico de acompanhamento como o servidor da Fiocruz que irá fiscalizar a execução do Projeto, poderão utilizar das informações geradas ao longo do projeto, em especial aquelas produzidas pelas ações de monitoramento e avaliação.

III.b Instrumentos de acompanhamento

A coordenação geral do projeto apresentará ao comitê técnico científico de acompanhamento e posteriormente à MJ/SENAD relatório trimestral de execução do objeto pactuado. O referido relatório ater-se-á à execução física do projeto, não sendo objeto de sua apreciação a execução financeira, que será tratada em relatório específico.

O referido relatório será a consolidação das atividades executadas até a data de sua finalização (Figura 6), podendo já conter elementos que caracterizam a entrega parcial de produtos quando for o caso (nas situações de conclusões do produto).

O relatório trimestral de acompanhamento da execução do projeto apresentará as atividades executadas até a data, apresentando a descrição detalhada das atividades desenvolvidas em cada uma das metas de acordo com o calendário de execução. Os principais entraves à execução bem como as estratégias de seu enfrentamento devem também serem apresentados de forma a prevenir possíveis atrasos na execução. Para elaboração do relatório trimestral de execução, a Coordenação Geral utilizará como subsídio as informações prestadas pela coordenação de monitoramento e avaliação relativa ao desempenho da execução das atividades bem como da consolidação dos relatórios apresentados pelos demais coordenadores de área.

O relatório trimestral de execução do projeto será analisado pela SENAD/MJ, quanto a pertinência e suficiências das ações executadas à luz do objeto pactuado. Após apreciação, poderá solicitar mais informações ou ajustes no relatório, bem como orientar ações saneadoras que julgue necessárias. A aprovação do relatório será considerada como atesto parcial da execução do objeto, e no caso de conter produtos pactuados como entrega e aprovação do produto.

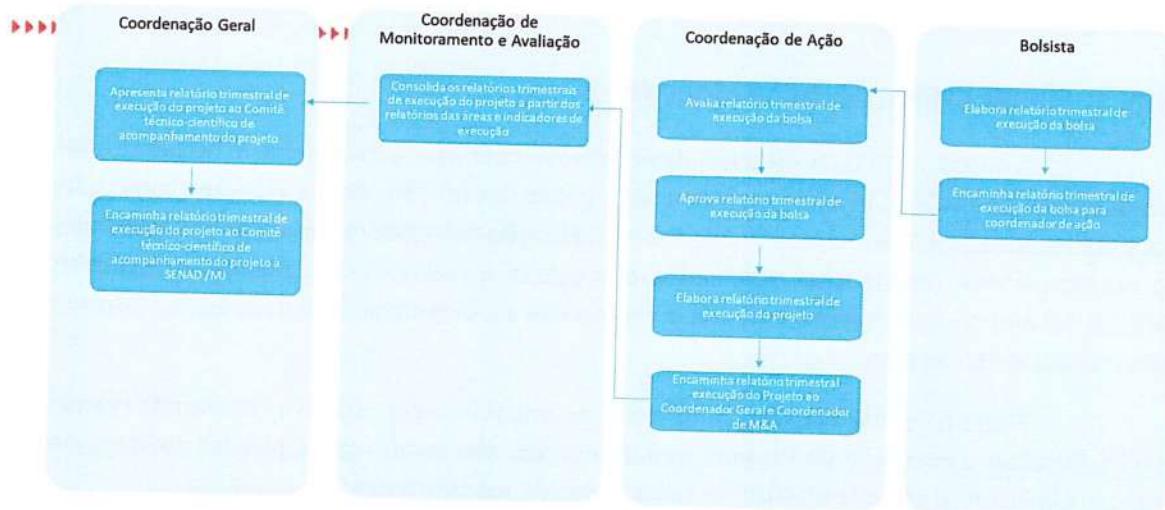
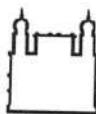


Figura 6- Consolidação das informações de acompanhamento

6. Orçamento

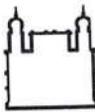
Cronograma de desembolso					
PROJETO: "Prevenção ao Uso de Álcool e outras Drogas no território educacional"					
DURAÇÃO DO PROJETO: 24 (vinte e quatro) meses					
COORDENADOR: Luciana Sepúlveda					
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E CUSTOS					
META	RUBRICAS	MÊS E ANO DE	CUSTO TOTAL		
META 1: Formação de educadores e educandos para ações intersetoriais de prevenção do uso de drogas no território educativo.	36 - Pessoa Física	1º Mês	24º Mês	R\$ 1.916.294,64	
	39 - Pessoa Jurídica	1º Mês	24º Mês	R\$ 82.126,91	
	33 - Passagens	1º Mês	24º Mês	R\$ 410.634,57	
	14 - Diárias	1º Mês	24º Mês	R\$ 273.756,38	
	30 - Material de Consumo	1º Mês	24º Mês	R\$ 27.375,64	
	52 - Material Permanente	1º Mês	24º Mês	R\$ 27.375,64	

Fiocruz Brasília

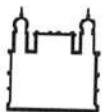
Avenida L3 Norte, s/n, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A

CEP: 70.904-130 - Brasília - DF

Telefone: (61) 3329-4500



META 2: Construção do conhecimento sobre a ações educacionais voltadas para prevenção ao uso de álcool e outras drogas no território educativo.	SUB TOTAL META 1 FIOTEC			R\$ 2.737.563,78
	Custo operacional - Fiotec 8% (Variável DOA)	1º Mês	24º Mês	R\$ 243.339,00
	Encargos - ISS 2%	1º Mês	24º Mês	R\$ 60.834,75
	TOTAL META 1 TED			R\$ 3.041.737,53
	36 - Pessoa Física	1º Mês	24º Mês	R\$ 958.147,32
	39 - Pessoa Jurídica	1º Mês	24º Mês	R\$ 143.722,10
	33 - Passagens	1º Mês	24º Mês	R\$ 239.536,83
	14 - Diárias	1º Mês	24º Mês	R\$ 159.691,22
	30 - Material de Consumo	1º Mês	24º Mês	R\$ 15.969,12
	52 - Material Permanente	1º Mês	24º Mês	R\$ 79.845,61
META 3: Realizar atividades Interinstitucionais entre a Fiocruz e o SENAD/MJ voltadas para o campo da formação, investigação e prevenção ao uso do álcool e outras drogas, com vistas à produção de relatório técnico contendo as ações de fortalecimento interinstitucionais realizadas.	SUB TOTAL META 2 FIOTEC			R\$ 1.596.912,20
	Custo operacional - Fiotec 8% (Variável DOA)	1º Mês	24º Mês	R\$ 141.947,75
	Encargos - ISS 2%	1º Mês	24º Mês	R\$ 35.486,94
	TOTAL META 2 TED			R\$ 1.774.346,89
	36 - Pessoa Física	1º Mês	24º Mês	R\$ 127.752,98
	39 - Pessoa Jurídica	1º Mês	24º Mês	R\$ 31.938,24
	33 - Passagens	1º Mês	24º Mês	R\$ 38.782,15
	14 - Diárias	1º Mês	24º Mês	R\$ 27.375,64
	30 - Material de Consumo	1º Mês	24º Mês	R\$ 2.281,30
	SUB TOTAL META 3 FIOTEC			R\$ 228.130,31
	Custo operacional - Fiotec 8% (Variável DOA)	1º Mês	24º Mês	R\$ 20.278,25



	Encargos - ISS 2%	<i>1º</i> Mês	<i>24º</i> Mês	R\$ 5.069,56
	TOTAL META 3 TED			R\$ 253.478,13
36 - Pessoa Física		<i>1º</i> Mês	<i>24º</i> Mês	R\$ 3.002.194,94
39 - Pessoa Jurídica		<i>1º</i> Mês	<i>24º</i> Mês	R\$ 257.787,26
33 - Passagens		<i>1º</i> Mês	<i>24º</i> Mês	R\$ 688.953,55
14 - Diárias		<i>1º</i> Mês	<i>24º</i> Mês	R\$ 460.823,24
30 - Material de Consumo		<i>1º</i> Mês	<i>24º</i> Mês	R\$ 45.626,06
52 - Material Permanente				R\$ 107.221,25
Custo operacional - Fiotec 8% (Variável DOA)		<i>1º</i> Mês	<i>24º</i> Mês	R\$ 405.565,00
Encargos - ISS 2%		<i>1º</i> Mês	<i>24º</i> Mês	R\$ 101.391,25
TOTAL DO TED				R\$ 5.069.562,55

Cronograma de desembolso

Parecela	Valor	Mês	Produto	Rubrica
1	R\$ 5.069.562,55	1	-	Serviço de terceiros – pessoa jurídica
Total	R\$ 5.069.562,55			



Luciana Sepúlveda Koptcke
Diretora Executiva da Escola Fiocruz de Governo
FIOCRUZ Brasília